



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

I - Qual o objeto (Indicação do objeto)

Aquisição, por fornecimento parcelado (sob demanda), de **60 (sessenta) toneladas de emulsão asfáltica catiônica de ruptura rápida, tipo RR-1C** (conforme normas DNIT 165/2013-EM e ABNT NBR 14376), destinada aos serviços de pintura de ligação, imprimação, tapa-buracos, remendo profundo e conservação e manutenção preventiva e corretiva da malha viária do Município de Patos de Minas, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras Públicas.

II - O parcelamento da contratação

A contratação observará a modalidade de **entrega parcelada (sob demanda)** ao longo do período contratual/vigência da ata de registro de preços. Os carregamentos da emulsão tipo RR-1C serão solicitados conforme o surgimento das frentes de trabalho urbanas e rurais, evitando o armazenamento prolongado do insumo líquido e garantindo suas propriedades viscosas, de ruptura e ligantes originais no momento da aplicação.

III - Natureza do objeto, Ausência de Marca e Descrição da Necessidade (Perspectiva do Interesse Público)

- **Natureza do Objeto:** Bem comum de consumo operacional. **Não há indicação de marcas ou modelos.** A denominação **RR-1C** constitui classificação técnica normativa padronizada (Ruptura Rápida, Tipo 1, Catiônica) estipulada pelas normas do DNIT e ABNT, referente à taxa de cura, viscosidade e carga elétrica das partículas do asfalto, sendo de livre e ampla concorrência entre refinarias e distribuidores de derivados de petróleo. Não haverá contrato de cessão contínua de mão de obra exclusiva.
- **Necessidade da Contratação e Interesse Público:** O tráfego constante de veículos pesados, somado às intempéries climáticas (períodos chuvosos), provoca desgastes na camada de rolamento do pavimento asfáltico, resultando no surgimento de buracos, trincas e panelas nas ruas e avenidas. A ausência de manutenção imediata coloca em risco a segurança do trânsito, ocasiona acidentes, gera danos materiais aos proprietários de veículos e compromete o fluxo do transporte coletivo e de ambulâncias. O uso da emulsão RR-1C é indispensável por sua rápida cura e alta aderência



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

aos agregados da região, garantindo a trafegabilidade segura, mobilidade urbana eficiente e preservação do patrimônio viário de Patos de Minas.

IV - Demonstração da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual 2026 / 2027

A demanda encontra-se alinhada e prevista no **Plano de Contratações Anual (PCA 2026/2027)** do Município de Patos de Minas, integrada às metas operacionais de infraestrutura urbana e dotações orçamentárias voltadas à conservação de vias públicas.

V - Descrição dos requisitos da contratação e critérios de sustentabilidade

- **Requisitos Mínimos:** Emulsão asfáltica catiônica tipo **RR-1C**, de fabricação recente, com laudo de controle de qualidade por lote emitido pelo fabricante/refinaria, atendendo aos limites de viscosidade Saybolt-Furol, resíduo por evaporação, peneiramento e penetração do resíduo conforme norma DNIT 165/2013-EM. O fornecedor deve garantir transporte térmico/isotérmico adequado quando exigido.
- **Sustentabilidade e Meio Ambiente:**

Transporte Seguro: Cumprimento rigoroso das normas da ANTT sobre transporte de produtos perigosos/asfálticos e acondicionamento em caminhões-tanque herméticos para evitar vazamentos em vias públicas.

- **Uso Eficiente de Recursos:** Aplicação a frio/morno conforme especificação do tipo RR-1C, otimizando o consumo de combustível dos equipamentos de espargimento e reduzindo emissões de gases poluentes durante as operações de tapa-buracos.

VI - Estimativa das quantidades a serem contratadas e memória de cálculo

- **Quantidades Estimadas: 60 (sessenta) toneladas** de emulsão asfáltica tipo RR-1C.
- **Memória de Cálculo:** O volume de 60 toneladas foi dimensionado a partir do levantamento sistemático das áreas viárias que demandam intervenção prioritária no município, considerando o rendimento médio da pintura de ligação/mistura betuminosa e o histórico de consumo das equipes de tapa-buracos para o período. A compra parcelada impede a degradação e estocagem ociosa do produto.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

VII - Levantamento de mercado, análise das alternativas e justificativa da escolha

A Administração avaliou duas alternativas operacionais para resolver a demanda de manutenção viária:

1. **Alternativa 1 – Contratação de Empresa Especializada para Execução Integral dos Serviços de Tapa-Buracos (Outsourcing):** Inviável e financeiramente desvantajosa para o volume estimado. A Prefeitura de Patos de Minas já possui em seu quadro funcional equipes completas de servidores efetivos e contratados capacitados para obras viárias, além de maquinário operacional próprio (caminhões, compactadores e espargidores). Terceirizar a execução integral geraria custos adicionais expressivos de BDI, taxas administrativas e margem de lucro de terceiros.
2. **Alternativa 2 – Aquisição Direta de Emulsão Asfáltica RR-1C para aplicação por mão de obra própria (escolha adotada):** Solução técnica, econômica e administrativa mais vantajosa. Ao adquirir unicamente o insumo (emulsão asfáltica RR-1C), a Prefeitura otimiza o uso do seu próprio corpo de servidores e maquinários já custeados pelo erário, garantindo flexibilidade no atendimento às ordens de serviço e reduzindo significativamente o custo por metro quadrado de pavimento recuperado.

VIII - Estimativa do valor da contratação

A estimativa de custos será formalizada no Relatório de Pesquisa de Preços com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e na Lei nº 14.133/2021, utilizando cotações com distribuidores/refinarias de derivados de petróleo, bancos de preços públicos e painéis de compras governamentais. *(A Administração poderá adotar o caráter reservado do valor estimado até a fase de julgamento, nos termos do Art. 24 da Lei nº 14.133/2021).*

IX - Descrição da solução como um todo

A solução abrange o fornecimento parcelado de emulsão asfáltica RR-1C entregue em caminhões-tanque ou retirada pelo município conforme estipulado no edital, devendo o material acompanhar os respectivos certificados de análise e laudos do lote. Inclui o compromisso do fornecedor de substituir qualquer lote que apresente ruptura fora do padrão ou não atinja as especificações normativas do DNIT/ABNT.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

X - Justificativas para o parcelamento ou não da solução

O parcelamento do objeto dar-se-á quanto às **entregas (fornecimento parcelado sob demanda)**. Não é viável ou seguro estocar 60 toneladas de uma única vez, devido ao risco de decantação, separação de fases ou cura prematura do ligante betuminoso. As solicitações fracionadas garantem material fresco e em perfeitas condições para aplicação imediata nas vias públicas.

XI - Demonstrativo dos resultados pretendidos

- **Economicidade:** Redução substancial de custos ao evitar a contratação de mão de obra e BDI terceirizados, aproveitando integralmente os servidores e frotas do município.
- **Eficiência e Agilidade:** Atendimento dinâmico e rápida liberação do tráfego (proporcionada pela ruptura rápida do tipo RR-1C) nas solicitações de reparos viários.
- **Preservação Patrimonial:** Aumento da vida útil das vias pavimentadas de Patos de Minas, prevenindo a evolução de pequenos buracos para recapeamentos totais de alto custo.

XII - Alinhamento com o PCA

(Reiterado conforme item IV: alinhamento pleno com o Plano de Contratações Anual 2026 / 2027 do Município).

XIII - Providências prévias da Administração

- Verificação e calibração dos equipamentos municipais de espargimento (canetas/barras espargidoras) e compactação.
- Disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados para o manuseio de produtos asfálticos (botas, luvas térmicas, óculos de proteção e coletes refletivos).
- Indicação prévia do fiscal de contrato e da equipe de recebimento para verificação dos laudos técnicos dos lotes de RR-1C.

XIV - Contratações correlatas e/ou interdependentes

Aquisição de agregados miúdos/grauídos (pó de pedra, pedrisco, brita) e insumos para composição da mistura asfáltica ou pré-misturado a frio (PMF), bem como combustível para os veículos e máquinas da patrulha viária.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

XV - Descrição dos impactos ambientais e medidas mitigadoras

- **Riscos Ambientais:** Risco de contaminação do solo ou redes de drenagem pluvial em caso de derramamento accidental da emulsão líquida.
- **Medidas Mitigadoras:** Obrigatoriedade de transporte em veículos devidamente licenciados junto aos órgãos ambientais, com plano de contenção contra vazamentos na entrega e proibição de aplicação do material em dias de chuvas intensas para evitar o escoamento do ligante para as redes de água pluvial.

XVI - Posicionamento conclusivo

Em face dos estudos técnicos, operacionais e financeiros realizados, este setor manifesta-se **favoravelmente** à aquisição parcelada de 60 toneladas de emulsão asfáltica RR-1C para execução direta das obras viárias pelo corpo de servidores municipais, por se consolidar como a alternativa mais vantajosa, econômica e eficiente para o atendimento das necessidades do Município de Patos de Minas.

XVII - Levantamento de mercado

O levantamento junto ao mercado fornecedor de insumos asfálticos e pavimentação confirma a ampla disponibilidade regional do produto tipo RR-1C e a viabilidade da modelagem por fornecimento parcelado sob demanda, assegurando competitividade e preços justos na licitação/compra direta.

Patos de Minas, 07 de outubro de 2026.

Márcia Maria de Magalhães – mat. 7.174

Gerência de Suprimentos

Romisley Antônio da Silva – mat. 17.108

Diretor de Execução de Obras Públicas

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR pdf

Código do documento 01a11bcc-b080-73bb-af3d-006436e9cd27



Assinaturas



Márcia Maria de Magalhães
comprasinfra@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Márcia Maria de Magalhães



Romisley Antônio da Silva
romisley@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou



Eventos do documento

08 Oct 2026, 10:56:10

Documento 01a11bcc-b080-73bb-af3d-006436e9cd27 **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-10-08T10:56:10-03:00

08 Oct 2026, 10:57:19

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-10-08T10:57:19-03:00

08 Oct 2026, 11:15:56

MÁRCIA MARIA DE MAGALHÃES **Assinou** (7eca6740-b2b1-4e8c-a5b5-bd4ea7c6ec81) - Email:comprasinfra@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 131.221.48.124 (131-221-48-124.semprtec.br porta: 31430) - Documento de identificação informado: 034.434.276-00 - DATE_ATOM: 2026-10-08T11:15:56-03:00

08 Oct 2026, 12:58:28

ROMISLEY ANTÔNIO DA SILVA **Assinou** - Email: romisley@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 177.191.76.191 (177-191-076-191.xd-dynamic.algarnetsuper.com.br porta: 25850) - [Geolocalização: -18.5887136 -46.5257694](#) - Documento de identificação informado: 045.438.856-00 - DATE_ATOM: 2026-10-08T12:58:28-03:00

Hash do documento original

(SHA256):028865de507a049f7a5d9fca8bc802664a7021c4db9feb5ce63f32dcc113aa6
(SHA512):593ba103b06c86de1c87bbf1454f505ff48fed5ae2583e659d3291934eac966a5001abd48f889c31b8e472afe7d235240cc0dbe7222076267270b1d211ce5d03

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços | Lei Federal nº 14.133/2021

1. Informações Básicas

Órgão Contratante:	Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG (UASG 984959)
Número da Matriz:	03/2026
Objeto da Licitação:	Registro de Preços para aquisição de Emulsão Asfáltica RR-1C, destinada às ações continuadas de manutenção, pavimentação e tapa-buracos de ruas e avenidas do Município de Patos de Minas.
Modalidade / Rito:	Pregão Eletrônico (Lei Federal nº 14.133/2021)
Responsáveis pela Edição:	Márcia Maria de Magalhães / Kalil Samuel Karim Resende (Equipe de Planejamento) e Romisley Antônio da Silva
Data de Criação:	07/10/2026

2. Histórico de Revisões

Versão	Data	Descrição das Alterações	Responsável
1.0	07/10/2026	Elaboração e adequação completa da Matriz de Gerenciamento de	Márcia Maria de Magalhães / Kalil Samuel Karim Resende

Versão	Data	Descrição das Alterações	Responsável
		Riscos para o Pregão Eletrônico sob a égide da Lei nº 14.133/2021.	

3. Identificação, Análise e Alocação de Riscos

R-01: Licitação Deserta ou Fracassada

Causa do Risco:	Grande oscilação e variação no valor de mercado da emulsão asfáltica (derivado de petróleo/insumo de alta volatilidade), tornando o valor estimado prévio desalinhado com a realidade praticada pelos fornecedores.
Fase do Processo:	Seleção do Fornecedor / Julgamento de Propostas
Alocado para:	Administração Pública Municipal
Nível do Risco (I x P):	Médio
Impactos:	Atraso na disponibilidade do insumo para os setores operacionais, descontinuidade nos serviços de manutenção viária e custos com o refazimento da fase preparatória do Pregão Eletrônico.
Ações Preventivas (P):	● P-01: Realização de ampla e detalhada pesquisa de preços no mercado em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, contemplando Painel de Preços, contratações públicas similares recentes e cotações atualizadas junto a refinarias e distribuidores. (Responsáveis: Márcia Maria de Magalhães e Kalil Samuel Karim Resende) ● P-02: Elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de

	Referência (TR) condizentes com as práticas de mercado e regras claras de reajustamento na Ata de Registro de Preços. (Responsáveis: Márcia Maria de Magalhães e Kalil Samuel Karim Resende)
Ações de Contingência (C):	● C-01: Devolução tempestiva do processo para a Equipe de Planejamento reavaliar a estimativa de preços e as condições do edital para nova publicação do certame. (Responsável: Juliana Silva Caixeta)

R-02: Atraso na Entrega da Emulsão Asfáltica RR-1C

Causa do Risco:	Descumprimento do prazo de entrega fixado no Edital/Ata de Registro de Preços por falha logística do fornecedor ou gargalos na cadeia de suprimentos de derivados de petróleo.
Fase do Processo:	Gestão e Execução da Ata / Contrato
Alocado para:	Contratada (Fornecedor Registrado)
Nível do Risco (I x P):	Alto
Impactos:	Paralisação das equipes operacionais da Secretaria de Obras, agravamento dos buracos e danos na malha viária do município e acréscimo no custo de manutenção.
Ações Preventivas (P):	● P-01: Emissão da Ordem de Fornecimento com antecedência compatível com a logística do insumo e formalização de advertência à contratada quanto ao rigoroso cumprimento dos prazos estipulados. (Responsável: Romisley Antônio da Silva)
Ações de	● C-01: Aplicação imediata das sanções administrativas e multas

Contingência (C):	previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Edital. (Responsável: Marcos José Braga) ● C-02: Convocação dos fornecedores remanescentes do cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços. (Responsável: Juliana Silva Caixeta)
--------------------------	---

R-03: Entrega da Emulsão Asfáltica em Temperatura Inadequada ou Fora da Especificação Técnica

Causa do Risco:	Transporte inadequado do produto em caminhões-tanque sem isolamento térmico eficiente ou demora no trajeto até o canteiro/usina municipal, fazendo a carga resfriar abaixo do limite operacional de aplicação.
Fase do Processo:	Recebimento e Fiscalização
Alocado para:	Contratada
Nível do Risco (I x P):	Alto
Impactos:	Impossibilidade de aplicação do produto nas vias públicas, entupimento de bicos de espargimento, perda de aderência do pavimento e atraso na execução dos serviços planejados.
Ações Preventivas (P):	● P-01: Programação prévia e alinhada entre a fiscalização e a contratada, estipulando horários de saída da usina e recebimento no local de aplicação, além de exigência de laudo de liberação da carga com aferição de temperatura. (Responsáveis: Márcia Maria de Magalhães e Romisley Antônio da Silva)
Ações de Contingência (C):	● C-01: Recusa formal da carga que não atingir a faixa de temperatura técnica mínima exigida em norma (ABNT) no ato da entrega e notificação imediata da empresa para substituição. (Responsável:

	Romisley Antônio da Silva)
--	----------------------------

R-04: Insuficiência do Quantitativo Registrado Frente a Eventos Climáticos Atípicos

Causa do Risco:	Intensificação desordenada de períodos chuvosos ou intempéries climáticas que aceleram a degradação do asfalto, demandando volume de material superior ao estimado inicialmente na Ata de Registro de Preços.
Fase do Processo:	Gestão do Registro de Preços / Execução
Alocado para:	Administração Pública Municipal
Nível do Risco (I x P):	Alto
Impactos:	Esgotamento precoce do quantitativo registrado na Ata, risco de descontinuidade no tapa-buracos em épocas críticas de chuva e desgaste da malha viária urbana.
Ações Preventivas (P):	● P-01: Dimensionamento do quantitativo no Termo de Referência considerando margem de segurança baseada no histórico de consumo de anos com alta pluviosidade e previsão de registro de quantitativo amplo. (Responsáveis: Márcia Maria de Magalhães e Kalil Samuel Karim Resende)
Ações de Contingência (C):	● C-01: Promover o aditamento de acréscimo de até 25% no quantitativo registrado, conforme permissivo legal da Lei nº 14.133/2021, ou instaurar novo processo licitatório com antecedência ao término do saldo. (Responsáveis: Juliana Silva Caixeta e Romisley Antônio da Silva)

4. Acompanhamento e Monitoramento dos Riscos

O monitoramento contínuo das ações preventivas e de contingência estabelecidas nesta matriz será conduzido pela Equipe de Planejamento e pelos Fiscais/Gestores designados no processo licitatório. Quaisquer intercorrências na execução do contrato ou no fornecimento da Emulsão Asfáltica RR-1C deverão ser devidamente registradas nos autos administrativos em conformidade com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. Responsáveis / Assinantes

MÁRCIA MARIA DE MAGALHÃES

Gestão de Contrato

KALIL SAMUEL KARIM RESENDE

Equipe de Planejamento

ROMISLEY ANTÔNIO DA SILVA

Diretoria / Fiscalização

Matriz de Gerenciamento de Riscos - Emulsão Asfáltica RR-1C Lei 14 133 2021 pdf

Código do documento 01a11bcb-2197-7c49-bdf4-49d45ed650ac



Assinaturas



Márcia Maria de Magalhães
comprasinfra@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Márcia Maria de Magalhães



kalil samuel karim resende
kalil@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

kalil samuel karim resende



Romisley Antônio da Silva
romisley@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou



Eventos do documento

08 Oct 2026, 10:54:33

Documento 01a11bcb-2197-7c49-bdf4-49d45ed650ac **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-10-08T10:54:33-03:00

08 Oct 2026, 10:55:30

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-10-08T10:55:30-03:00

08 Oct 2026, 10:56:10

KALIL SAMUEL KARIM RESENDE **Assinou** (9a93798d-39e0-4d4a-9fa0-01c5e1ba68d9) - Email: kalil@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 131.221.48.163 (131-221-48-163.sempre.tec.br porta: 39072) - Documento de identificação informado: 049.858.676-67 - DATE_ATOM: 2026-10-08T10:56:10-03:00

08 Oct 2026, 11:15:29

MÁRCIA MARIA DE MAGALHÃES **Assinou** (7eca6740-b2b1-4e8c-a5b5-bd4ea7c6ec81) - Email: comprasinfra@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 131.221.48.124 (131-221-48-124.sempre.tec.br porta: 9172) - Documento de identificação informado: 034.434.276-00 - DATE_ATOM: 2026-10-08T11:15:29-03:00

08 Oct 2026, 14:19:40

ROMISLEY ANTÔNIO DA SILVA **Assinou** - Email: romisley@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 189.15.127.26 (189-015-127-26.xd-dynamic.algarnetsuper.com.br porta: 5810) - [Geolocalização: -18.5744748 -46.4911359](#) - Documento de identificação informado: 045.438.856-00 - DATE_ATOM: 2026-10-08T14:19:40-03:00

Hash do documento original

(SHA256):8877e334e1e2fd60e08ea0f93cd276d2102fc87c4b4faa52041aa36acfe31285

(SHA512):2b17c6d792ab915eb8072e53a338cde08afdaed30e204bfaac68ae65b8d6b796adf3f174f7639e9a9968139f3a22ee844c2e034fd496a0a096f64e81c76af64

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

Município de Patos de Minas		Emam Emulsoes e Transportes Ltda		Emissão:	01/10/2026	Validade:	31/10/2026
CNPJ:	18.602.011/0001-07	Gerência:	Ana Clara Guedes	Fone:	+55 (31) 9 9306-0938		
Contato:	Marcia	Email:	comercialbh@emamasfaltos.com.br				
Fone:	+55 (34) 3 8229-752	Assessor:	Leonardo Dias da Silva	Fone:	+55 (31) 9 8475-6067		
Email:	comprasinfra@patosdeminas.mg.gov.br	Email:	admbh@emamasfaltos.com.br				
		Filial:	Ibirité / Mg - CNPJ: 04.420.916/0006-66 Endereço: Rodovia Alca Leste, 255, - Bairro: Distrito Industrial CEP:Ibirité / Mg - CEP: 32.400-000				

EMAM - Emulsões e Transportes Ltda vem, pela presente, apresentar a seguinte Proposta Comercial:

Item	Descrição do Produto	Local Entrega	Mod.	Fabr. Origem	Qtde.	Vlr. Unit (R\$)	Vlr. Total (R\$)
001	EMULSAO ASFALTICA RR1C	Patos de Minas-MG	CIF	FAB.EMAM-MG	30.000	5,30000000	159.000,00
Unidade de Medida : KG Condição de pagamento : 30 DD							

Validade da Proposta:

A presente proposta tem validade até o último dia útil do mês em que foi elaborada

Impostos:

A EMAM - Emulsões e Transportes Ltda declara que nos preços acima propostos estão incluídos todos os impostos, sendo observados as insenções e EMAM - Emulsões e Transportes Ltda particularidades da localidade de faturamento.

Para efeito de fiscalização estadual e faturamento, solicitamos que junto à ordem de compra seja encaminhado o seguinte documento:

ATESTADO DE CONDIÇÃO DE CONTRIBUINTE DO ICMS para o Estado destino.

Alíquota de ICMS utilizada no cálculo: **18,00%**

Alíquota de PIS/COFINS utilizada no cálculo: **9,25%**

Fornecimento e Acondicionamento:

Devido ao processo de pesagem e carregamento a quantidade dos itens propostos poderão sofrer alterações conforme a metodologia de carregamento.

Os produtos, ora ofertados, atendem às especificações e normas da ABNT.

Os produtos não devem ser descarregados caso seja constada alguma alteração físico e/ou química. A EMAM não se responsabiliza pela não conformidade do material após à sua descarga, caso não sejam realizados os devidos testes laboratoriais.

O produto poderá ser mantido em tambores ou tanques devidamente vedados e boca de visita do tanque fechada. Não se recomenda a estocagem do produto em prazo superior a 30 dias. Poderá ocorrer sedimentação de glóbulos de asfalto, sendo necessária a circulação para a homogeneização do produto para a sua aplicação.

Condições de Pagamento:

As vendas a prazo estão condicionadas à previa análise e aprovação da nossa área de Crédito e Cadastro.

O vencimento da duplicata será contado da data de emissão da NF-e. Incorrendo em atrasos, os títulos vencidos estão sujeitos à multa de 5% até 30 dias de atraso e mais 5% até 60 dias de atraso, correção monetária de 1% ao mês e negativação. Havendo a celebração entre as partes de Instrumento de Limite de Crédito, devidamente acordado e assinado, serão utilizadas as taxas nele celebrado quando da incorrência de atraso.

Informamos que a Emam - Emulsões e Transportes Ltda, não realiza qualquer tipo de contato, bem como faz envio de informação, nota fiscal, transporte e boleto através de canais que, não sejam de domínios corporativos (@EMAMASFALTOS.COM.BR ou @EMAMLOGISTICA.COM.BR).

Em caso de recebimento de ligação ou e-mail suspeito, não os considerar, muito menos pagar valor correspondente a nota fiscal, conhecimento de boleto.

Qualquer dúvida, gentileza entrar em contato através dos canais oficiais de atendimento, para confirmar a autenticidade das informações.

Município de Patos de Minas		Emam Emulsoes e Transportes Ltda		Emissão:	01/10/2026	Validade:	31/10/2026
CNPJ:	18.602.011/0001-07	Gerência:	Ana Clara Guedes	Fone:	+55 (31) 9 9306-0938		
Contato:	Marcia	Email:	comercialbh@emamasfaltos.com.br				
Fone:	+55 (34) 3 8229-752	Assessor:	Leonardo Dias da Silva	Fone:	+55 (31) 9 8475-6067		
Email:	comprasinfra@patosdeminas.mg.gov.br	Email:	admbh@emamasfaltos.com.br				
		Filial:	Ibirité / Mg - CNPJ: 04.420.916/0006-66 Endereço: Rodovia Alca Leste, 255, - Bairro: Distrito Industrial CEP:Ibirité / Mg - CEP: 32.400-000				

Todo e qualquer envio de 2ª via de boleto, somente será enviado, mediante solicitação expressa do cliente

Os preços praticados sofrerão reajuste de acordo com os índices estabelecidos pela refinaria para o resíduo asfáltico dos produtos adquiridos ou qualquer outra despesa a qualquer tempo, tornando-se nulas as propostas e os preços encaminhadas anteriormente. Destaca-se que mesmo o pagamento sendo antecipado o preço praticado será atualizado de acordo com o valor praticado pela refinaria no momento do carregamento. Caso seja necessária a retirada de produtos junto à outra unidade ou outra refinaria para atendimento do pedido formulado pelo cliente, o preço praticado poderá sofrer alteração.

Em caso de pagamento via remessa bancária deve-se utilizar os dados:

- **Banco do Brasil - 001 | Agencia 1856-2 | Conta Corrente 5855-6**

Transporte:

Conforme determina a Lei nº 13.103/15 em vigor a partir do dia 17/4/15, nos § do 5º ao 7º do artigo 11 da Lei nº 11.442/07, o prazo máximo para carga e descarga do veículo é de 5 (cinco) horas, contadas da chegada do veículo ao endereço de destino, após este período será cobrado a importância equivalente a R\$ 2,21(Dois Reais e Vinte e Um Centavos) por tonelada/hora ou fração, considerando a capacidade total de transporte do veículo. Este valor será atualizado anualmente, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC.

Na hipótese de ser ultrapassado este prazo máximo para carga e descarga do veículo o cliente arcará, também, com os custos de aquecimento do produto e refeição do motorista do caminhão.

Para carregamentos inferiores à 25 toneladas, o frete será cobrado pelo total da capacidade da carreta, ou seja, 25 toneladas.

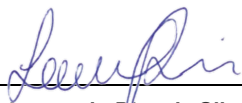
No cálculo do frete será cobrado em separado o pedágio e seguro, conforme comprovação de despesa, de acordo com o valor estimado por viagem. Se a distância cotada for diferente da efetiva, o valor da diferença deverá ser acrescida ou reduzida conforme o caso.

Havendo a necessidade de transbordo da carga, será cobrado a taxa de 25,00(Vinte e Cinco Reais) por tonelada.

No caso de vendas FOB, para a retirada do produto o responsável pelo CT deverá apresentar uma autorização de carregamento, caracterizando o transportador, seus veículos e condutores como representantes da empresa compradora.

Outras Informações:

Os preços acima propostos terão os valores alterados automaticamente em 60,00(Sessenta Reais) mais impostos, quando os pedidos forem atendidos por cota adicional ou transferência.



Leonardo Dias da Silva
Emam Emulsoes e Transportes Ltda
04.420.916/0006-66

Marcia

Município de Patos de Minas/a
18.602.011/0001-07

A PREFEITURA MUNICIPAL DE Patos de Minas/MG
A/C

PROPOSTA COMERCIAL

Prezados Senhores,

A empresa TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 00.472.805/0025-05, vem por meio deste, apresentar proposta de preço do item abaixo.

	ORIGEM	PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR POR UNIDADE	VALOR TOTAL DA PROPOSTA
1	Betim/MG	RR-1C	30	TON	R\$ 5.119,15	R\$ 153.574,50

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 30 dias

FRETE: CIF

LOCAL DE ENTREGA: Produto entregue em cargas mínimas de 15 toneladas na cidade de Patos De Minas/MG

PRAZO DE ENTREGA: A combinar

VALIDADE DA PROPOSTA: Até 31/10/2026

REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO PREVISTO EM ACORDO COM A LEI 14.133/21.

Betim/MG,

1 de outubro de 2026

Agradecemos a preferência e colocamo-nos a disposição.

TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

PREFEITURAMUNICIPALDEPATOSDEMINAS
Att. DEPARTAMENTODECOMPRAS

Número: 21.741 / 1
Emissão: 06/10/2026

Informamos abaixo os preços por tonelada e condições para fornecimentos de materiais asfálticos:

MUNICÍPIO DE ENTREGA: PATOS DE MINAS/IMG						
ORIGEM	BASE ABASTECIMENTO	PRODUTO	CARGA (TON)	ICMS	PRAZO	PREÇO/TON (R\$)
APC/IPR	REPAR-PR	EMULSÃO ASFALTICA RR-1C	15	18,0%	30	6.075,00

OBSERVAÇÕES:

ICMS:

De acordo com a situação tributária vigente, é obrigatória a apresentação do Atestado de Condição do ICMS, para validação dos preços propostos.

Pedidos:

Através de ordem de compra ou similar via e-mail comercial@cbbasfaltos.com.br.

Prazo de Entrega:

Em até 48 (quarenta e oito) horas após solicitação formal, condicionado a normalidade da Fonte de Abastecimento de matéria prima da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás.

Garantia:

90 (noventa) dias, a contar da data de entrega. O produto ora fornecido, perderá sua garantia em casos de armazenamento, manuseio e/ou aplicação incorretas, bem como em casos de adição de outros produtos ou alteração de suas propriedades atestadas no Certificado de Qualidade.

Validade da Proposta:

Até 31/10/2026 (31 de Outubro de 2026), exceto quando houver alteração de preços.

Dos preços:

Os preços ora cotados serão atualizados de acordo com as alterações promovidas pela Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás, única e exclusiva produtora nacional de asfaltos.

Assistência Técnica:

Oferecemos serviços técnicos compreendendo a coleta de agregados, dosagem de misturas asfálticas, calibragem de equipamentos e acompanhamento de aplicação em trechos experimentais. Os serviços técnicos oferecidos, serão cobrados à parte, podendo ser ressarcidos na forma de desconto por tonelada em caso de contratação do fornecimento.

Horas paradas/Diárias:

Serão cobradas em conformidade com a legislação vigente (Parágrafos 5º e 6º do Artigo 11 da lei 11.442/2007, alterado pela lei 13.103/2015)

Refinarias:

Caso a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás, suspenda o abastecimento de asfaltos na Base Principal de Abastecimento, os preços ora cotados poderão ser alterados.

NATALLYFELIX
AUXILIARCOMERCIAL
natally.felix@cbbasfaltos.com.br
Tel. (41) 3091-2221

MATRIZ
CURITIBA PR
41 3091.2200 | R. João Bettega 3500 CJC 81.350-000 Curitiba PR
cbbasfaltos.com.br

FILIAIS
APUCARANA PR 43 3423.7177
S.J.DOS CAMPOS SP 12 3911.4178
ESTEIO RS 51 3458.3475
BETIM MG 31 3665.7260
PAULÍNIA SP 11 3113.4880

PLANILHA DE ORÇAMENTOS

				EMAM	CBB Asfalto	Traçado Dist. Asfalto		
				04.420.916/0006-66	82.381.815/0002-03	00472805002505		
				admbh@emamasfaltos.com.br	comercial@cbbasfaltos.com.br	marciele.jeske@tracado.com.br		
				Leonardo Dias	Natally Felix	Angela Pavan		
				(31) 98475-6067	(41) 3091-2221	(54) 2107-1000		
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VR UNIT.	VR UNIT.	VR UNIT.	VR MÉDIO	
40.904	EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C - TONELADA	60	TN	R\$ 5.300,00	R\$ 6.075,00	R\$ 5.119,15	R\$	5.498,05

PATOS DE MINAS, 06 DE OUTUBRO DE 2026.

RESPONSÁVEL PELOS ORÇAMENTOS: Márcia Maria de Magalhães - mat. 7.174

Emulsão Asfáltica pdf

Código do documento 01a11bce-4ae2-7e6c-bddf-c24fc148f576



Assinaturas



Márcia Maria de Magalhães
comprasinfra@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Márcia Maria de Magalhães

Eventos do documento

08 Oct 2026, 10:57:51

Documento 01a11bce-4ae2-7e6c-bddf-c24fc148f576 **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-10-08T10:57:51-03:00

08 Oct 2026, 10:58:09

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-10-08T10:58:09-03:00

08 Oct 2026, 11:16:25

MÁRCIA MARIA DE MAGALHÃES **Assinou** (7eca6740-b2b1-4e8c-a5b5-bd4ea7c6ec81) - Email:comprasinfra@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 131.221.48.124 (131-221-48-124.sempre.tec.br porta: 42732) - Documento de identificação informado: 034.434.276-00 - DATE_ATOM: 2026-10-08T11:16:25-03:00

Hash do documento original

(SHA256):518157be932c91f9eb658b3a31f0d1379432cfbdae6c60adf47e574356e7689

(SHA512):5c04d7cbf5d8250a0e40852430b5f1efaca76d930c7e23c5e050d1949c7053270c5e15a9eb373eb0311fe88c64ed2efe6fd6139eb7d03127a13d9b5fe33ecf5d

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS E ESTIMATIVA DE VALOR

Processo: Aquisição de Emulsão Asfáltica (Secretaria Municipal de Obras Públicas)

Metodologia: Média Aritmética Simples das Cotações Diretas com Fornecedores (Art. 5º, I da IN SEGES/ME nº 65/2021)

Data da Consolidação: 06 de outubro de 2026

I. FORNECEDORES CONSULTADOS (VIA E-MAIL)

- EMAM ASFALTOS** (CNPJ: 04.420.916/0006-66)
 - Contato/E-mail:** Leonardo Dias — admbh@emamasfaltos.com.br | Tel: (31) 98475-6067
- CBB ASFALTO** (CNPJ: 82.381.815/0002-03)
 - Contato/E-mail:** Natally Felix — comercial@cbbasfaltos.com.br | Tel: (41) 3091-2221
- TRAÇADO DIST. ASFALTO** (CNPJ: 00.472.805/0025-05)
 - Contato/E-mail:** Angela Pavan — marciele.jeske@tracado.com.br | Tel: (54) 2107-1000

II. QUADRO COMPARATIVO E CÁLCULO DA MÉDIA (MODELO RETRATO A4)

Item / Código	Descrição do Objeto	Qtd. / Unid.	EMAM Asfaltos (R\$)	CBB Asfalto (R\$)	Traçado Dist. (R\$)	Valor Médio Unitário (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
Item 40.904	EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C	60 TN	R\$ 5.300,00	R\$ 6.075,00	R\$ 5.119,15	R\$ 5.498,05	R\$ 329.883,00

III. MEMÓRIA DE CÁLCULO E ANÁLISE DOS PREÇOS COLETADOS

- Cálculo do Valor Médio Unitário:**
Média Unitária = (R\$ 5.300,00 + R\$ 6.075,00 + R\$ 5.119,15) / 3 = R\$ 5.498,05 (por tonelada)
Cálculo do Valor Total Estimado (para o lote de 60 toneladas indicado na planilha):

Valor Total Estimado = 60 x R\$ 5.498,05 = R\$ 329.883,00

(Nota técnica: Caso o quantitativo final aprovado no ETP seja ajustado para 60 toneladas, o valor total estimado proporcional será de **R\$ 329.883,00**).

2. **Análise de Consistência:** Os valores obtidos junto aos três distribuidores especializados demonstram homogeneidade e compatibilidade com o mercado nacional/regional de derivados de petróleo, sem discrepâncias atípicas que exijam o expurgo de propostas, validando a média aritmética como parâmetro seguro para a licitação/contratação.

IV. CONCLUSÃO

A pesquisa de preços atende integralmente aos requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Define-se o valor de referência estimado de **R\$ 5.498,05 por tonelada** para a Emulsão Asfáltica RR-1C.

Patos de Minas, 06 de outubro de 2026.

Márcia Maria de Magalhães

Responsável pelos Orçamentos — Matrícula: 7.174

RELATÓRIO PESQUISA DE PREÇOS pdf

Código do documento 01a11bce-fd09-7c96-8a03-fa906fb4c2e7



Assinaturas



Márcia Maria de Magalhães
comprasinfra@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Márcia Maria de Magalhães

Eventos do documento

08 Oct 2026, 10:58:46

Documento 01a11bce-fd09-7c96-8a03-fa906fb4c2e7 **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-10-08T10:58:46-03:00

08 Oct 2026, 10:59:34

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-10-08T10:59:34-03:00

08 Oct 2026, 11:17:02

MÁRCIA MARIA DE MAGALHÃES **Assinou** (7eca6740-b2b1-4e8c-a5b5-bd4ea7c6ec81) - Email:comprasinfra@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 131.221.48.124 (131-221-48-124.sempre.tec.br porta: 24580) - Documento de identificação informado: 034.434.276-00 - DATE_ATOM: 2026-10-08T11:17:02-03:00

Hash do documento original

(SHA256):49a95acb6c7b8757cdeedd77685485a173ce8a848962e6793b5373fc5bc3687b

(SHA512):787ee9af284a96fa4f5705082fd2bbb2a2e2b5a03e11f4780dc95a094e4d9ed447facc81143c246390560cea5daa97b3819ccc2884d0bf9719578841a0471144

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, 'a' da Lei nº 14.133/2021)

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO

1.1.1 Aquisição parcelada de emulsão asfáltica RR- 1C, para as ações de tapa buraco da secretaria de Obras Públicas, através de Pregão Eletrônico, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e seu(s) apenso(s).

1.1.2 PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1.1.2.1 A contratação será:

- ☒ REALIZADA EM ÚNICO ITEM.
- ☐ DIVIDIDA EM ITENS.
- ☐ DIVIDIDA EM ITENS E LOTES.
- ☐ DIVIDIDA EM LOTES.
- ☐ REALIZADA EM LOTE ÚNICO.

1.1.2.2 A opção assinalada se encontra detalhada no Apenso I deste Termo de Referência.

1.1.3 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021)

- ☒ NÃO SE APLICA.
- ☐ EXCLUSIVIDADE DE MARCA/MODELO.
- ☐ MARCA/MODELO REFERÊNCIA

1.1.4 A VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA OU PRODUTO

- ☒ NÃO SE APLICA.
- ☐ SE APLICA.

1.2 NATUREZA DO OBJETO

1.2.1 O objeto da contratação possui:

- ☒ **NATUREZA COMUM**, cujos padrões de qualidade e desempenho são facilmente descritos e especificados



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

conforme padrões de mercado.

☐ **NATUREZA ESPECIAL**, pois não se adequa às especificações padrões de mercado.

1.2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme vedação do art. 20 da Lei nº 14.133/2021.

1.3 ENQUADRAMENTO, VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.3.1 O fornecimento do objeto será:

☐ **NÃO CONTINUADO**, destinado as necessidades temporárias, não sendo de caráter permanente para a Administração.

☒ **CONTINUADO**, pois atende a demandas contínuas ou permanentes da Administração.

1.3.2 PRAZO DE VIGÊNCIA

1.3.2.1 O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3.3 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

☐ **HAVERÁ SOMENTE EMISSÃO DE INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO (EMPENHO).**

☒ **HAVERÁ SOMENTE CELEBRAÇÃO DE INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO.**

☐ **HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) E POSTERIORES INSTRUMENTO(S) FORMAL(IS) DE CONTRATO.**

☐ **HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) E POSTERIORES INSTRUMENTO(S) SUBSTITUTIVO(S) AO CONTRATO (AFM E/OU EMPENHO).**

1.3.3.1 Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato ou retirada de instrumento equivalente, no prazo máximo de 5(cinco) dias, contados da data da convocação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'b' da Lei nº 14.133/2021)

2.1 A presente contratação se justifica por justifica pelo Município já arcar com o custo fixo de pessoal (equipes próprias) e com o custo mensal de locação de equipamentos (compactadores e placas) e contrato já firmado para fornecimento parcelado de CBUQ. A ausência de material para aplicação torna esses recursos ociosos, gerando prejuízo ao erário. A aquisição de insumos é a condição sine qua non para que a zeladoria urbana não seja paralisada, especialmente nos períodos de maior degradação do asfalto.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'c' e art. 40, §1º, I da Lei nº 14.133/2021)

3.1 Conforme descrito nas especificações técnicas detalhadas no Apenso II deste Instrumento, a aquisição de emulsão é a solução tecnicamente adequada e economicamente superior para a realidade atual da Secretaria, maximizando o retorno social dos investimentos já realizados em pessoal e locação de equipamentos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'd', da Lei nº 14.133/2021)

4.1 A contratação deverá observar os requisitos relacionados nos subitens abaixo listados.

4.1.1 SUSTENTABILIDADE

☒ **APLICAM-SE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NESTA CONTRATAÇÃO NO CONTEXTO DO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA).**

☐ **NÃO SE APLICAM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NESTA CONTRATAÇÃO.**

4.1.2 SUBCONTRATAÇÃO

☒ **NÃO SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL.**

☐ **SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.**

4.1.3 CONSÓRCIO

☐ **NÃO SERÁ VEDADO.**

☒ **SERÁ VEDADO.** Como se depreende a Lei nº 14.133/2021 a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou não, e tal decisão cabe única e exclusivamente ao órgão promotor da licitação, pois esse juízo de oportunidade e conveniência encontra-se em sua margem de discricionariedade. A Doutrina e jurisprudência são unânimes em assentar que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração, conforme dispõe os Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 1.240/2008 e nº 2831/2012 – TCU – Plenário.

Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio".

4.1.4 - GARANTIAS

4.1.4.1 GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (Art. 96-102 da Lei nº 14.133/2021)



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

☒ NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL.

☐ SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL.

4.1.4.2 GARANTIA DO PRODUTO, CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Art. 40, §1º, III da Lei nº 14.133/2021)

☐ NÃO SE APLICA.

☒ **GARANTIA LEGAL.** Conforme prazos e condições definidos na Lei Federal nº. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

☐ **GARANTIA CONTRATUAL, COMPLEMENTAR À GARANTIA LEGAL.**

4.1.4.2.1 O fornecedor é responsável pela qualidade da emulsão fornecida, devendo garantir que o material atenda integralmente às especificações técnicas exigidas, respondendo por vícios ou defeitos de qualidade identificados após o fornecimento.

4.1.4.2.2 Constatado vício de qualidade ou inconformidade do material com as especificações técnicas, o fornecedor deverá proceder à substituição do material ou à compensação correspondente, sem ônus para o Município, conforme determinação da Administração.

4.1.4.2.3 Uma vez notificado, o fornecedor deverá adotar as providências necessárias no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da comunicação formal.

4.1.4.2.3.1 O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa formal aceita pela Administração.

4.1.4.2.4 Decorrido o prazo sem atendimento, o Município poderá adotar as medidas necessárias à correção do problema, inclusive contratação de terceiros, ficando o fornecedor responsável pelos custos decorrentes.

4.1.4.2.5 Os custos decorrentes de eventual substituição ou correção do material defeituoso serão de responsabilidade do fornecedor.

4.1.4.2.6 A garantia quanto à qualidade do material fornecido independe da vigência contratual, permitindo a responsabilização do fornecedor por vícios identificados posteriormente, nos termos da legislação aplicável.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Arts. 6º, XXIII, 'e' e 40, §1º, II - Lei nº 14.133/2021)

5.1 PRAZO PARA RETIRADA DO EMPENHO

5.1.1 O fornecedor deverá retirar a nota de empenho no prazo de 5(cinco) dias úteis, contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.

5.1.2 O fornecedor poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por motivo justo e aceito pela Administração.

5.2 PRAZO E FORMA DE ENTREGA

5.2.1 Os bens serão fornecidos de forma **parcelada (sob demanda)**, conforme a necessidade do MUNICÍPIO, mediante a emissão de Ordem de Fornecimento enviada pelo setor competente durante a vigência contratual.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

5.2.1.1 A entrega da emulsão asfáltica RR-1C deverá ser efetuada no prazo máximo de até **48 (quarenta e oito) horas** após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Secretaria de Obras Públicas.

5.2.1.2 O descarregamento/bombeamento do produto no reservatório ou caminhão-espargidor do Município deverá ocorrer impreterivelmente de **segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 12:00 horas** (horário de expediente das equipes operacionais).

5.2.1.3 Após a chegada do caminhão-tanque da Contratada ao local de entrega, o tempo máximo de permanência para aferição e descarregamento não deverá ultrapassar **2 (duas) horas**, salvo situações de força maior devidamente justificadas.

5.2.2 O fornecedor é responsável por disponibilizar o produto em temperatura e fluidez adequadas no momento do descarregamento, fornecendo o ticket de pesagem emitido por balança confiável e aferida, bem como o laudo de análise do lote fornecido.

5.2.3 Devidamente justificado e com antecedência mínima de 1 (dia) dias útil, o fornecedor poderá solicitar prorrogação de prazo ou ajuste no fornecimento, ficando a critério da Administração a sua aceitação, desde que não haja prejuízo ao interesse público, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

5.3 LOCAL, HORÁRIO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.3.1 Local de Entrega: Pátio do Transporte Escolar
Endereço: Rua Marechal Rodon, 331, Bairro Santo Antônio -

As entregas deverão ser entregues em 4 parcelas:

- * a primeira 15 dias após assinatura do contrato, 15 toneladas;
- * a segunda com 6 meses após a primeira;
- * a terceira após 6 meses da segunda entrega;
- * a quarta após 6 meses da terceira entrega.

5.3.2 **Horário de Recebimento:** Exclusivamente no período matutino, das **07:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta-feira** (dias úteis). Não serão recebidas cargas fora deste horário ou em finais de semana/feriados.

5.3.3 **Condições de Transporte e Segurança:** O transporte do produto deverá cumprir integralmente as normas da ANTT para produtos perigosos. O veículo transportador deverá contar com bomba de descarga acoplada e conexões compatíveis para transferência do produto para os tanques/espargidores do Município.

5.3.4 Todas as despesas relativas a frete, seguro, impostos, taxas, pesagem e descarga do material no local indicado correrão por conta exclusiva do fornecedor.

5.3.5 O Município realizará a fiscalização e conferência no momento do recebimento, podendo colher amostras para ensaios laboratoriais e verificar a viscosidade, taxa de resíduo e massa da carga, recusando o material em caso de inconformidade.

5.3.6 O Município poderá realizar fiscalização do material no momento da entrega, verificando quantidade, temperatura, características técnicas e ticket de pesagem, podendo recusar o material que não atender aos padrões exigidos.

5.4 RECEBIMENTO DO OBJETO



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

5.4.1 RECEBIMENTO PROVISÓRIO (Art. 140, II, 'a' da Lei nº 14.133/2021)

5.4.1.1 O recebimento provisório da emulsão será realizado no momento da entrega no local informado, por conferência sumária do ticket de pesagem e das condições do material, especialmente temperatura, quantidade e conformidade com as especificações técnicas.

5.4.1.2 O material poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, caso não esteja conforme as especificações técnicas ou apresente qualquer inconformidade que comprometa sua aplicação, devendo o fornecedor proceder à substituição ou compensação no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação do Município, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.

5.4.2 RECEBIMENTO DEFINITIVO (Art. 140, II, 'b' da Lei nº 14.133/2021)

5.4.2.1 O recebimento definitivo do material será registrado com base do ticket de pesagem emitido referente a carga entregue, confirmando a quantidade efetivamente retirada e a conformidade do material recebido.

5.4.2.2 O prazo para o registro do recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, caso sejam necessárias diligências adicionais para verificação da qualidade ou quantidade do material.

5.4.2.3 Caso necessário, o gestor do contrato notificará o fornecedor para realização das substituições ou adequações cabíveis, conforme prazo indicado no item 5.4.1.2.

5.4.3 DEMAIS REGRAMENTOS

5.4.3.1 O MUNICÍPIO poderá rejeitar, no todo ou em parte, o material que não esteja conforme as condições pactuadas, podendo, a seu critério, aceitar parcialmente o fornecimento, aplicando as deduções cabíveis.

5.4.3.2 Em caso de recusa, o fornecedor deverá substituir, às suas expensas, o material em que se verificarem vícios, defeitos ou inconformidades, no prazo indicado no item 5.4.1.2, cabendo ao Gestor do Contrato habilitar para pagamento apenas a quantidade de material efetivamente recebido e conforme especificações.

5.4.3.3 O recebimento definitivo do objeto será concretizado após conferência do ticket de pesagem e da conformidade do material fornecido, conforme critérios do Município e art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.3.4 O aceite do material pelo MUNICÍPIO não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou não conformidades verificadas posteriormente, garantindo-se as prerrogativas previstas no Código de Defesa do Consumidor

6. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, 'f', da Lei nº 14.133/21)

6.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal 5401/2023, o MUNICÍPIO designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do futuro contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o fornecedor sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

6.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do futuro contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

6.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem prejuízos das sanções contratuais legais.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

6.2.2 Transmitir ao fornecedor as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso.

6.2.3 Promover a verificação dos produtos já entregues.

6.2.4 Esclarecer as dúvidas do fornecedor, solicitando ao setor competente do MUNICÍPIO, se necessário, parecer de especialistas.

6.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do futuro contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3 A fiscalização, pelo MUNICÍPIO, não desobriga o fornecedor de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

6.3.1 A ausência de comunicação, por parte do MUNICÍPIO, sobre irregularidades ou falhas, não exime o fornecedor das responsabilidades determinadas no futuro contrato.

6.4 O MUNICÍPIO poderá recusar, sustar e/ou determinar a substituição de bens que não estejam sendo ou não tenham sido entregues de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

6.4.1 Qualquer bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser substituído pelo fornecedor, às suas expensas.

6.4.2 A não aceitação de algum bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância do MUNICÍPIO.

6.5 Caberá ao gestor do contrato deliberar sobre a execução contratual, em especial:

6.5.1 Autorizar o início da execução do objeto contratual, deliberando sobre o momento do envio de documentos de formalização tais como documentos ou nota de empenho ordinária ao contratado;

6.5.2 Coordenar as atividades realizadas pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, elaborando, sempre que necessário, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento à finalidade da Administrativa;

6.5.3 Receber dúvidas ou questionamentos de matérias sob sua competência, feitos pela CONTRATADA e/ou pela fiscalização, manifestando-se e dando o devido encaminhamento;

6.5.4 Deliberar sobre prorrogações de prazos de entrega ou execução;

6.5.5 Deliberar sobre o recebimento definitivo do objeto contratado, mediante emissão de termo detalhado, quando não for designada comissão específica para tal fim;

6.5.6 Adotar as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

6.6 Para fins de fiscalização e gestão o MUNICÍPIO poderá solicitar ao fornecedor, a qualquer tempo, os documentos



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

relacionados com a execução do futuro contrato.

6.7 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Município que venham a ser publicados para disciplina da matéria.

6.8 Para esta contratação a gestão será exercida pela Gerência de Suprimento da Secretaria Municipal de Obras Públicas- Márcia Maira de Magalhães - mat 7.174 e a fiscalização será exercida pelo Diretor de Execução de Obras Públicas - Romisley Antônio da Silva - mat. 17.108.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'g' da Lei nº 14.133/2021)

7.1 MEDIÇÃO

7.1.1 Durante a execução contratual, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento, observando critérios de qualidade, quantidade, prazo, conformidade com as especificações, devendo intervir para requerer ao fornecedor a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.1.2 O pagamento ao fornecedor será condicionado à entrega satisfatória e aceitação dos bens conforme critérios estabelecidos neste instrumento.

7.2 FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

7.2.1 O pagamento será realizado de forma única, referente ao fornecimento efetivamente realizado, após a apresentação da Nota Fiscal com aceite definitivo do fiscal, conforme especificado nos itens 5.2 e 5.3.

7.2.2 O pagamento será processado mediante apresentação, pelo fornecedor, de Nota Fiscal relativa ao fornecimento do objeto e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade do fornecedor, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo MUNICÍPIO;

7.2.2.1 O pagamento estará condicionado também à apresentação do Termo de Recebimento emitido pelo MUNICÍPIO, que consolida o ticket de pesagem do período.

7.2.3 Os pagamentos serão processados no prazo de até 20 (vinte) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 7.2.2, desde que não haja pendência a ser regularizada;

7.2.3.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº14.133/21;

7.2.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.2.3.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

7.2.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratado.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

7.2.5 O MUNICÍPIO realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

7.2.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pelo fornecedor;

7.2.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos itens 7.2.3 e 7.2.3.1.

7.2.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao MUNICÍPIO, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Município, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO.

7.2.8 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto na lei 14133/2021 e no decreto municipal 5401/2023.

7.3 MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

7.3.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, mediante aplicação do IPCA, relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste.

7.3.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de bens a serem fornecidos após o prazo de que cuida o item 7.3.1.

7.3.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

7.3.2 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento do fornecedor quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato.

7.3.3 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do futuro contrato, nas hipóteses do art. 124, II, "d", ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.3.4 Na hipótese de contratos de fornecimento contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

7.3.4.1 Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

a disposição do subitem 7.3.3.

7.3.5 O MUNICÍPIO, no prazo máximo de 01 (um) mês, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pelo fornecedor (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

7.3.6 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do MUNICÍPIO deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

7.3.7 As alterações de preços obedecerão às seguintes regras:

I - O preço registrado no contrato não poderá ultrapassar o praticado no mercado.

II - O Órgão Gerenciador poderá aumentar o preço inicialmente contratado, caso haja pedido do fornecedor e devendo obedecer ao que se segue:

a) Ao deferir o pedido a que dispõe o inciso II, deve, preferencialmente, manter a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pelo licitante e o preço de mercado;

b) O Órgão Gerenciador deve considerar o valor solicitado pelo fornecedor como máximo que pode ser alcançado nesta revisão;

c) O Órgão Gerenciador poderá deferir valor menor daquele solicitado pelo fornecedor;

d) O indeferimento do pedido de revisão a que dispõe o inciso II, não desobriga o fornecedor do compromisso assumido nem o libera de eventuais penalidades por descumprimento contratual.

§ 1º A exceção à regra prevista no inciso II, alínea "a", deverá ser devidamente justificada no processo administrativo.

§ 2º O fornecedor não será liberado do compromisso assumido ainda que os preços de mercado venham a se tornar superior ao contratado.

§ 3º O preço contratado poderá ser revisto de ofício pelo Órgão Gerenciador em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado, ou de fato que eleve o custo do item registrado.

III - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do bem, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços dos bens, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

IV - O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

V- Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

VI - Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade PREGÃO, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final.

8.1.2 A Proposta de Preços deverá conter os dados mínimos exigidos no modelo de proposta, anexo ao instrumento convocatório.

8.1.3 Não será exigida carta de solidariedade nos termos do item 8.4 deste Termo de Referência.

8.1.4 Em conjunto com a Proposta de Preços, serão exigidas as seguintes documentações cabíveis ao fornecimento de emulsão asfáltica RR1C:

8.1.4.1 Certificação de qualidade do produto:

O fornecedor deverá apresentar certificado de conformidade Da emulsão com as normas técnicas aplicáveis, como as normas ABNT referentes a misturas asfálticas e controle de qualidade do material.

8.1.4.1.1 Justificativa:

A exigência garante que o material fornecido atende aos padrões de qualidade necessários para a execução da pavimentação, prevenindo falhas na obra e assegurando durabilidade do pavimento.

8.1.4.2 Licença ambiental ou autorização do órgão competente:

O fornecedor deverá apresentar **Licença Ambiental de Operação (LO)** válida ou documento equivalente expedido pelo órgão ambiental competente (IBAMA ou órgão estadual/municipal de meio ambiente), que comprove a regularidade ambiental da fábrica/usina de industrialização de produtos asfálticos ou da unidade de distribuição de derivados de petróleo onde é produzida ou estocada a emulsão asfáltica.

8.1.4.2.1 Justificativa:

A exigência garante que a produção e fornecimento da emulsão estejam em conformidade com as normas ambientais, prevenindo impactos e responsabilizações legais ao MUNICÍPIO.

8.2 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Art. 68 - Lei nº 14.133/21)

8.2.1.1 Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no instrumento convocatório.

8.2.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art. 69 da Lei nº 14.133/21)

8.2.2.1 **SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.** Para qualificação econômico-financeira é necessário a apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme o caso (Pessoa Jurídica ou Física).

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no caso de Pessoa Jurídica.

8.2.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 67 da Lei 14.133/2021)

☐ **NÃO SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.** Uma vez que a contratação se enquadra em hipótese de faculdade prevista no art. 70, III, da lei federal nº 14.133/2021.

☒ **SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.** Conforme critério(s) a seguir elencado(s):

☐ Declaração de vistoria do local dos serviços, para perfeito conhecimento do objeto licitado, inclusive quanto às características físicas, das quantidades e especificidades dos serviços objeto da licitação, não se admitindo reclamações futuras advindas de dificuldades técnicas e operacionais não detectadas quando da vistoria e de disponibilidade de instalações, equipamentos, material e pessoal técnico adequados para a realização do objeto da licitação, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo **APENSO III**.

☒ O licitante deve apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, inclusive de complexidade tecnológica e operacional, equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **CERTIDÕES** ou **ATESTADOS**, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou por documentos regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

O licitante vencedor deverá apresentar, em conjunto com a proposta de preços/documentação técnica, a **Autorização de Exercício da Atividade de Distribuição de Asfalto**, emitida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em plena validade, nos termos da Resolução ANP nº 898/2022 (e/ou Resolução ANP nº 897/2022, caso aplicável à fabricação de emulsões).

8.2.3.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados ou certidões deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Descrição do objeto, prazo e a quantidade fornecida.

8.2.3.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.3.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.3.2.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

☐ Registro ou inscrição válida da empresa na entidade profissional, em plena validade.

☐ Prova de atendimento ao(s) seguinte(s) requisito(s) previsto(s) na lei [indicar legislação]: [indicar requisito(s), enumerando se múltiplos]



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

8.3 EXIGÊNCIA DE AMOSTRA, EXAME DE CONFORMIDADE E OUTROS TESTES (Art. 17, §3º e art. 41, II, da Lei nº 14.133/2021)

☒ **NÃO SE APLICA.**

☐ **APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA DE AMOSTRAS, EXAME DE CONFORMIDADE E OUTROS TESTES.**

8.4 EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE (Art. 41, IV, da Lei nº 14.133/2021)

☒ **NÃO SERÁ EXIGIDA CARTA DE SOLIDARIEDADE.**

☐ **SERÁ EXIGIDA CARTA DE SOLIDARIEDADE.** No contexto da presente licitação, a Administração Pública considera indispensável a exigência de uma Carta de Solidariedade emitida pelo fabricante que assegure a execução da contratação", nos termos do art. 41, IV. Esta exigência se justifica por *[inserir justificativa]*.

8.5 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS

8.5.1 Na hipótese de a contratação possuir um ou mais itens com valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação será:

☒ **SEM COTA RESERVADA.** Justifica-se a não aplicação da cota reservada.

Justifica-se a não aplicação da cota reservada prevista na Lei Complementar nº 123/2006, com fundamento no art. 49, incisos II e III, em razão das características específicas do objeto a ser contratado, qual seja, o fornecimento de Emulsão Asfáltica RR1C.

Trata-se de material que exige processo produtivo industrial contínuo, controle tecnológico rigoroso, logística especializada e fornecimento imediato após a usinagem, sob pena de perda de qualidade e comprometimento da execução dos serviços. Nesse contexto, a divisão do objeto em cotas poderia prejudicar a padronização do material, impactar negativamente a qualidade final da pavimentação e comprometer a economicidade e a eficiência da contratação.

Ademais, verifica-se que o mercado fornecedor é restrito, sendo composto, em sua maioria, por empresas de médio e grande porte que detêm usinas de asfalto e capacidade técnica compatível com as exigências do objeto. Não se identificou a existência de, no mínimo, três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte aptos a atender, de forma plena e simultânea, às condições estabelecidas no certame, especialmente quanto à capacidade de produção, transporte e entrega dentro dos parâmetros técnicos exigidos. Dessa forma, a aplicação da cota reservada poderia comprometer a competitividade, a viabilidade e a adequada execução contratual, não se mostrando vantajosa para a Administração Pública.

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1.1 O MUNICÍPIO se obriga a:

9.1.1.1 Receber os materiais no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

9.1.1.3 Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.1.5 Efetuar o pagamento ao fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

9.1.1.6 Devolver os materiais entregues fora das especificações exigidas ou quando não estejam de conformidade com os padrões de qualidade, dando ciência dos motivos da recusa ao fornecedor, que assumirá todas as despesas daí decorrentes.

9.1.1.7 Notificar previamente ao fornecedor, quando da aplicação de penalidades;

9.1.1.8 Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pelo fornecedor, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;

9.1.1.9 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos.

9.1.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

9.1.1.10.1 A administração responderá ao contratado dentro dos prazos legalmente estabelecidos, contados da data da conclusão da instrução do requerimento.

9.2 OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.2.1 O fornecedor se obriga a:

9.2.1.1 O fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal com todas as discriminações inerentes ao objeto, bem como as certidões de regularidade cabíveis;

9.2.1.3 Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função do objeto do contrato a ser firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralizações na entrega dos materiais, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados ao MUNICÍPIO no prazo de 48(quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita do Município.

9.2.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do futuro contrato em que se verifiquem má qualidade, vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados, se for o caso, ou não correspondente(s) ao(s) material(is);



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

9.2.1.5 Comunicar ao MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.1.6 Manter, durante toda a execução do futuro contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.1.7 Promover a destinação final ambientalmente adequada do objeto contratado, sempre que a legislação assim o exigir.

9.2.1.8 Prestar ao MUNICÍPIO, sempre que necessário, esclarecimentos, fornecendo toda e qualquer orientação necessária.

9.2.1.9 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos, Alvarás, licenciamentos, autorizações e materiais necessários ao fornecimento do objeto deste Termo de Referência;

9.2.1.10 Assegurar que o objeto deste Termo de Referência não sofra solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

9.2.1.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica na execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao MUNICÍPIO;

9.2.1.12 A eventual retenção de tributos pelo MUNICÍPIO não implicará a responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pelo fornecedor.

9.2.1.13 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição do objeto, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo MUNICÍPIO, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas Notas Fiscais, conforme os comandos legais específicos;

9.2.1.14 Responsabilizar-se pelos vícios, ainda que ocultos, e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo MUNICÍPIO, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.1.15 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo MUNICÍPIO, de substituição dos produtos que não estejam sendo ou não tenham sido entregues de acordo com o estipulado neste instrumento, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o MUNICÍPIO;

9.2.1.15.1 Comunicar ao MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal relativa ao fornecimento;

9.2.1.16 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo MUNICÍPIO ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto;

9.2.1.17 Não contratar, durante a vigência do futuro contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do MUNICÍPIO, ou do fiscal ou do gestor, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

9.2.1.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do futuro contrato;

9.2.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do futuro contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021);

9.2.1.20 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência do futuro contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Instrução Normativa SSC/MGI nº 217/2021, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

- a. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou prestar declaração falsa.
- b. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- d. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- e. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- f. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2010.
- j. Der causa à inexecução parcial do contrato.
- k. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- l. Der causa à inexecução total do contrato.

10.2. O licitante ou o contratado que descumprir, total ou parcialmente, as regras estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou no contrato administrativo ficará sujeito às seguintes sanções, aplicadas conforme o disposto na Instrução Normativa SSC/MGI Nº 217/2024 e na Lei nº 14.133/2021:

- a. Advertência.
- b. Multa moratória ou compensatória.
- c. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de três anos.
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

- 10.4. A sanção de multa, calculada conforme disposto no instrumento convocatório ou nas cláusulas contratuais, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.
- 10.6. A aplicação das sanções previstas requererá a instauração de processo de responsabilização, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.
- a. Para as sanções de advertência e multa, será facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- b. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será conduzida por comissão designada, que avaliará os fatos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de quinze dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa por escrito e especificar as provas que pretende produzir.
- 10.7. Da decisão que aplica as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.
- 10.8. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 10.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'i', da Lei nº 14.133/2021)

- 11.1 O custo estimado total da contratação se encontra na **TABELA INDICATIVA DE ITENS A LICITAR** disposta no Instrumento Convocatório.
- 11.2 As memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte, bem assim a indicação dos parâmetros utilizados, constam como anexo(s) ao procedimento administrativo de licitação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, 'j' da Lei 14.133/2021)

- 12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- A contratação será atendida pela seguinte dotação: 2532
- Fontes 01.0759.0000.0019
01.0750.0000.0000

13. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

13.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pelo Diretor de Execução de Obras Públicas Romisley Antônio da Silva e Márcia Maria de Magalhães - Gerente de Suprimentos (Secretaria de Obras Públicas), estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, afastando-se as características, cláusulas e condições que direcionem, comprometam, restrinjam ou frustre o caráter competitivo da licitação, passando, assim, a integrar o processo administrativo formalizado.

Patos de Minas, 07 de outubro de 2026.

Márcia Maria de Magalhães - mat. 7.174

Gerente de Suprimentos

Romisley Antônio da Silva - mat. 17.108

Diretor de Execução de Obras Públicas



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

APENSO I

TABELA INDICATIVA DE ITENS A LICITAR

ITEM / LOTE	CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO	UNID FORNECIME NTO	QUANTITATI VO TOTAL	ME/EPP OU AMPLA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	40.904	EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C - TONELADA	TONELADA	60	AMPLA	5.498,05	329.883,00

Patos de Minas, 07 de outubro de 2026.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

APENSO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

1. Objeto

Aquisição de emulsão asfáltica RR1C destinado à manutenção e recuperação da pavimentação asfáltica das vias públicas do município, para aplicação diária em serviços de tapa-buracos e recomposição do pavimento.

2. Normas Técnicas

O produto fornecido deverá atender rigorosamente às seguintes especificações normativas:

- **DNIT 165/2013 – EM:** Emulsões asfálticas catiônicas – Especificação de material.
- **ABNT NBR 14376:** Emulsões asfálticas catiônicas – Especificação.
- **ABNT NBR 14375:** Emulsões asfálticas – Coleta de amostras.
- **Resolução ANP nº 898/2022 (e/ou Resolução ANP nº 897/2022):** Regulamentação para distribuição e industrialização de produtos asfálticos.

3. Composição da mistura

- A emulsão asfáltica RR-1C é um sistema disperso de dois líquidos imiscíveis, constituído por:
- Fase Asfáltica: Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP) de alta qualidade.
- Fase Aquosa: Água e agente emulsificante catiônico.
- Classificação: Ruptura Rápida (RR), Tipo 1 (viscosidade adequada para pintura de ligação), Catiônica (C).

4. PARÂMETROS E PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS (EXIGÊNCIAS MÍNIMAS)

A emulsão asfáltica RR-1C deverá apresentar as seguintes características de acordo com as normas da ABNT/DNIT:

- Viscosidade Saybolt-Furol a 50 °C: Entre 20 e 100 segundos.
- Resíduo por Evaporação: Mínimo de 60% em massa.
- Peneiramento (retido na peneira nº 20 - 0,84 mm): Máximo de 0,1% em massa.
- Carga da Partícula: Positiva (Catiônica).
- Sedimentação (5 dias): Máximo de 5%.
- Penetração no Resíduo (25 °C, 100g, 5s): Entre 40 e 90 (0,1 mm).

8. Controle Tecnológico e qualidade do material

- O fornecedor deverá apresentar, a cada lote/carga entregue, o respectivo Laudo de Análise Laboratorial e Certificado de Qualidade, atestando o cumprimento dos parâmetros da norma DNIT 165/2013-EM.
- O Município de Patos de Minas reserva-se o direito de realizar amostragem e ensaios de controle de qualidade no momento da entrega.
- Caso o material apresente decantação precoce, quebra/ruptura prévia no caminhão-tanque, excesso de água ou índices fora das normas técnicas, a carga será rejeitada integralmente, correndo os custos de substituição por conta exclusiva da Contratada. Poderão ser realizados ensaios de controle tecnológico, incluindo, quando necessário, verificação de granulometria, teor de ligante betuminoso e estabilidade (ensaio Marshall), a fim de garantir a qualidade do CBUQ fornecido.

9. Fornecimento

Forma de Fornecimento: O fornecimento será efetuado de forma parcelada (sob demanda), mediante a emissão de Ordem de Fornecimento pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, com volume medido por toneladas.

Prazo de Entrega: Até 48 (quarenta e oito) horas após o envio da Ordem de Fornecimento.

Modo de Transporte: A entrega será realizada no local indicado pelo Município, por meio de **caminhão-tanque com bomba acoplada**, próprio e adequado para transporte e bombeamento de produtos asfálticos líquidos.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

APENSO III

DECLARAÇÕES

A Empresa, portadora do CNPJ n.º..... participante do Pregão/CONCORRÊNCIA Nº /2026 cujo objeto é a _____, DECLARA:

* Que temos conhecimentos das condições do local de execução do objeto, inclusive quanto às características físicas, das quantidades e especificidades dos serviços objeto desta licitação. Declaro ainda que foi dado acesso às instalações dos órgãos da Prefeitura Municipal, bem como foram esclarecidas todas as questões por mim suscitadas, e que tenho pleno conhecimento do volume de trabalho e dos materiais/equipamentos necessários à execução dos serviços objeto desta licitação e não pronunciarei qualquer reclamação posterior de desconhecimento de detalhes técnicos e operacionais não detectados na visita técnica;

* Que possuímos pessoal capacitado, em quantidade suficiente e disponível para a execução do objeto da licitação acima referenciada, sob pena de responsabilização nos termos da Lei.
(Qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos)

1-
2-
3-

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, assino a presente declaração.

(LOCAL E DATA)

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

(ENDEREÇO, SE INEXISTENTE NO PAPEL IMPRESSO)



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Aquisição de emulsão asfáltica RR1C destinado à manutenção e recuperação da pavimentação asfáltica das vias públicas do município, para aplicação diária em serviços de tapa-buracos e recomposição do pavimento.

Considerando que o Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto a ser contratado, APROVO o referido documento para que, obrigatoriamente, seja parte integrante do edital.

Marcos José Braga - mat. 36.491
Secretário Municipal de Obras Públicas

TERMO DE REFERÊNCIA pdf

Código do documento 01a11bd0-9df6-794e-8e86-de745eb5fa9b



Assinaturas



Márcia Maria de Magalhães
comprasinfra@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Márcia Maria de Magalhães



Romisley Antônio da Silva
romisley@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou



Marcos José Braga
marcos.braga@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Marcos José Braga

Eventos do documento

08 Oct 2026, 11:00:26

Documento 01a11bd0-9df6-794e-8e86-de745eb5fa9b **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-10-08T11:00:26-03:00

08 Oct 2026, 11:01:26

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-10-08T11:01:26-03:00

08 Oct 2026, 11:17:25

MÁRCIA MARIA DE MAGALHÃES **Assinou** (7eca6740-b2b1-4e8c-a5b5-bd4ea7c6ec81) - Email:comprasinfra@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 131.221.48.124 (131-221-48-124.sempre.tec.br porta: 22062) - Documento de identificação informado: 034.434.276-00 - DATE_ATOM: 2026-10-08T11:17:25-03:00

08 Oct 2026, 11:19:03

MARCOS JOSÉ BRAGA **Assinou** - Email: marcos.braga@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 131.221.48.196 (131-221-48-196.sempre.tec.br porta: 38348) - Documento de identificação informado: 676.198.276-68 - DATE_ATOM: 2026-10-08T11:19:03-03:00

08 Oct 2026, 14:24:31

ROMISLEY ANTÔNIO DA SILVA **Assinou** - Email: romisley@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 189.15.127.26 (189-015-127-26.xd-dynamic.algarnetsuper.com.br porta: 29308) - [Geolocalização: -18.5744748 -46.4911359](#) - Documento de identificação informado: 045.438.856-00 - DATE_ATOM: 2026-10-08T14:24:31-03:00

Hash do documento original

(SHA256):ef8ec95e38e25b004e15b57279e1f2015229e8d4e123b4e81078481b53526b78

(SHA512):2ed699cc49daf75ba721fd9308b57a31862a0734de15ba9737af32aab9febb4b5565ff5373b67f5e28fccb7e57d8ad764028fdbb6345526cbea3e7b093926e26

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

SCOM - Sistema de Administração de Compras
MUNICIPIO DE PATOS DE MINAS
Requisição de Compras



Tipo de Requisicao Compras e Serviços
Órgão Requistante SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS
Requistante Final MANUT. DE RUAS E AVENIDAS (SMOP)

Requisição 0 Status Req.

Solicitação de Despesa 1263 / 2026 - 1 Programa de Trabalho 15 451 0010 2 0190 Nº de Itens Solicitados 1
Código de Despesas 3 3 90 30 Tipo de Despesa Material para Manutenção de Bens Imóveis
Dotação 2532 Fonte Recursos 1-750-0-0-Recursos Contribuição Intervenção Domínio Econômico - CIDE
CO 000000- Sem código de acompanhamento

Item	Descrição do Material / Serviço	Fonte.	CodTab.	Un.	Quantidade.	Vlr Unitário	Vlr Total
40904	EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C - TONELADA			TN	60,0000	5.498,0500	329.883,0000
Total							329.883,0000

Local de Entrega

Qtde Parcelas 1

Justificativa

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ENTREGA DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR1C PARAMANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS.

Declaro, para os devidos fins que há disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros de acordo com a Lei Orçamentária Anual, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que assegurem as obrigações referentes a prestação do serviço constante na solicitação de despesas, na dotação e fonte nela informada, para o ano corrente, e, nos exercícios seguintes, correrá a conta das dotações orçamentárias próprias, para atender as despesas da mesma natureza. Declaro ainda, que o cronograma de pagamentos das despesas aqui contraídas é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento.

Convênio:

Solicitado em

__/__/__

Ordenador da Despesa

__/__/__

Assinado com confirmação de senha do usuário:
MARCIA MARIA DE MAGALHAES
034.434.276-00
data 07/10/2026 hora 14:36:43

Secretário
Carimbo/Assinatura

SD 1263 pdf

Código do documento 01a11bd1-f65f-7dae-b179-33b9e9793327



Assinaturas



Marcos José Braga
marcos.braga@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Marcos José Braga

Eventos do documento

08 Oct 2026, 11:01:52

Documento 01a11bd1-f65f-7dae-b179-33b9e9793327 **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-10-08T11:01:52-03:00

08 Oct 2026, 11:02:13

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-10-08T11:02:13-03:00

08 Oct 2026, 13:18:02

MARCOS JOSÉ BRAGA **Assinou** - Email: marcos.braga@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 181.77.213.110 (181.77.213.110 porta: 13190) - **Geolocalização: -18.5906049 -46.4865755** - Documento de identificação informado: 676.198.276-68 - DATE_ATOM: 2026-10-08T13:18:02-03:00

Hash do documento original

(SHA256):23fbfbc4ce8d11e0d6421fcf51bbdf23554c6cc4a7be3d9624c10b273830dfad
(SHA512):0390778e4bd82c16bbd3992f4eb8027f030bd73b5ed27293e4c979636411d17190d310c3d77f63184752c96c165ee6a853a8c5eba4866ffc4f6e5f41c6be7a49

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS
Rua Dr. José Olympio de Mello, 151 - Bairro Eldorado - CEP 38700-900 - Patos de Minas - MG

DESPACHO

Após análise do Termo de Referência destinado à aquisição parcelada de emulsão asfáltica RR-1C para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras Públicas, verificou-se a necessidade de promover ajustes e esclarecimentos para assegurar a adequada caracterização do objeto, a coerência das condições de fornecimento e a conformidade das disposições do instrumento com a legislação aplicável.

Diante do exposto, devolvem-se os autos à unidade requisitante para revisão e adequação dos seguintes pontos:

1. Descrição e fundamentação da contratação: corrigir o erro de redação constante do item 2.1 e aprimorar a justificativa da contratação, demonstrando a compatibilidade do quantitativo estimado com a demanda prevista para o período contratual.
2. Cronograma e condições de entrega: revisar o item 5.3, informando expressamente as quantidades previstas para cada uma das quatro parcelas, de modo que o quantitativo total corresponda às 60 toneladas indicadas no Apenso I. Compatibilizar o cronograma com o fornecimento sob demanda e com o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas previsto para atendimento das Ordens de Fornecimento.
3. Local de entrega: confirmar a grafia do logradouro e complementar o endereço indicado no item 5.3.1, de modo a permitir a identificação inequívoca do local de recebimento.
4. Recebimento e controle de qualidade: revisar os itens 5.2, 5.3 e 5.4, esclarecendo os procedimentos de conferência, amostragem, análise laboratorial, recebimento provisório e definitivo, bem como as providências aplicáveis em caso de desconformidade identificada após a entrega.
5. Garantia do produto: esclarecer o alcance da expressão “compensação correspondente”, prevista no item 4.1.4.2, estabelecendo critérios objetivos para a solução de ocorrências relacionadas à qualidade do material, em consonância com as demais cláusulas de recebimento e pagamento.
6. Medição, pagamento e equilíbrio econômico-financeiro: revisar os itens 7.2 e 7.2.1, de forma que o pagamento seja compatível com o fornecimento parcelado e com as quantidades efetivamente entregues e aceitas. Revisar também o item 7.3, eliminando ou adequando referências a preço registrado, órgão gerenciador e demais disposições incompatíveis com a opção de contratação sem Ata de Registro de Preços.
7. Especificações técnicas do Apenso II: conferir os parâmetros físico-químicos exigidos para a emulsão asfáltica RR-1C, confirmando sua correspondência com as normas técnicas pertinentes. Revisar as referências às normas ABNT, ao DNIT e às resoluções da ANP, bem como a pertinência dos ensaios indicados, e corrigir a sequência da numeração dos itens.
8. Demais ajustes formais: revisar o documento e seus apensos para corrigir inconsistências de redação, terminologia, numeração e referências cruzadas, mantendo uniformidade entre o Termo de Referência, a tabela de itens e as especificações técnicas.

Após a realização das adequações, solicita-se o retorno dos autos para nova análise, acompanhados da versão revisada do Termo de Referência e de seus apensos, a fim de verificar o atendimento das pendências apontadas e permitir o regular prosseguimento do procedimento.

Att,

Christiane Teixeira Magalhães



Documento assinado eletronicamente por **Christiane Teixeira Magalhães, Servidora**, em 15/10/2026, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://patosdeminas.sei.mg.gov.br/verificarautenticidade> informando o código verificador **0136171** e o código CRC **2718361E**.

26.1.000029645-3

0136171v2



Grupo. : 000301 / 2026 Data de cotação 15/10/2026

Material 000040904 EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C - TONELADA

Unidade TN

Fornecedor	Vencimento da proposta	Marca	Valor Proposto
009169 - MUNICIPIO DE PATOS DE MINAS	15/12/2026		5.498,0500

Quantidade	60,0000	Valor Médio do Item	5.498,0500	Valor total	329.883,0000
------------	---------	---------------------	------------	-------------	--------------

Valor Total Médio: 329.883,0000

Valor Médio por Solicitação de Despesas

Requisitante	Solicitação Despesas	Valor Médio
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	001263/2026	329.883,0000
	Valor Total Médio:	329.883,0000



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, 'a' da Lei nº 14.133/2021)

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO

1.1.1 Aquisição parcelada de emulsão asfáltica RR- 1C, para as ações de tapa buraco da secretaria de Obras Públicas, através de Pregão Eletrônico, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e seu(s) apenso(s).

1.1.2 PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1.1.2.1 A contratação será:

- ☒ REALIZADA EM ÚNICO ITEM.
- ☐ DIVIDIDA EM ITENS.
- ☐ DIVIDIDA EM ITENS E LOTES.
- ☐ DIVIDIDA EM LOTES.
- ☐ REALIZADA EM LOTE ÚNICO.

1.1.2.2 A opção assinalada se encontra detalhada no Apenso I deste Termo de Referência.

1.1.3 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021)

- ☒ NÃO SE APLICA.
- ☐ EXCLUSIVIDADE DE MARCA/MODELO.
- ☐ MARCA/MODELO REFERÊNCIA

1.1.4 A VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA OU PRODUTO

- ☒ NÃO SE APLICA.
- ☐ SE APLICA.

1.2 NATUREZA DO OBJETO

1.2.1 O objeto da contratação possui:

- ☒ **NATUREZA COMUM**, cujos padrões de qualidade e desempenho são facilmente descritos e especificados conforme padrões de mercado.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

☐ **NATUREZA ESPECIAL**, pois não se adequa às especificações padrões de mercado.

1.2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme vedação do art. 20 da Lei nº 14.133/2021.

1.3 ENQUADRAMENTO, VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.3.1 O fornecimento do objeto será:

☐ **NÃO CONTINUADO**, destinado as necessidades temporárias, não sendo de caráter permanente para a Administração.

☒ **CONTINUADO**, pois atende a demandas contínuas ou permanentes da Administração.

1.3.2 PRAZO DE VIGÊNCIA

1.3.2.1 O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3.3 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

☐ **HAVERÁ SOMENTE EMISSÃO DE INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO (EMPENHO).**

☒ **HAVERÁ SOMENTE CELEBRAÇÃO DE INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO.**

☐ **HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) E POSTERIORES INSTRUMENTO(S) FORMAL(IS) DE CONTRATO.**

☐ **HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) E POSTERIORES INSTRUMENTO(S) SUBSTITUTIVO(S) AO CONTRATO (AFM E/OU EMPENHO).**

1.3.3.1 Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato ou retirada de instrumento equivalente, no prazo máximo de 5(cinco) dias, contados da data da convocação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'b' da Lei nº 14.133/2021)

2.1 A presente contratação se justifica pela necessidade premente de garantir a continuidade e a eficácia dos serviços de zeladoria urbana e manutenção das vias públicas do Município. O Poder Público Municipal já arca continuamente com o custo fixo de pessoal de suas equipes próprias, com a locação mensal de maquinários específicos (como compactadores de solo e placas vibratórias) e com contrato firmado para fornecimento parcelado de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ). Nesse cenário, a eventual ausência dos insumos complementares necessários para a aplicação adequada do asfalto torna essa estrutura operacional ociosa, gerando inadmissível prejuízo ao erário por subaproveitamento dos recursos públicos disponíveis.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

Ademais, a aquisição destes insumos constitui condição necessária para a preservação da malha viária, especialmente durante os períodos de maior pluviosidade e desgaste do pavimento, quando a demanda por intervenções corretivas (tapa-buracos e conservação) aumenta substancialmente.

O dimensionamento e a estimativa do quantitativo especificado para o presente certame foram estabelecidos com base no **histórico de consumo e na taxa de execução dos contratos anteriores**, ajustados às metas operacionais previstas para o período contratual. O volume pleiteado reflete a média de consumo necessária para manter as equipes operando de forma regular e contínua, garantindo a proporcionalidade entre os materiais adquiridos, a capacidade de aplicação diária da mão de obra disponível e a extensão de vias com necessidade de manutenção no município. Dessa forma, demonstra-se a perfeita adequação e economicidade do quantitativo frente à real demanda da Administração Pública para o período.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'c' e art. 40, §1º, I da Lei nº 14.133/2021)

3.1 Conforme descrito nas especificações técnicas detalhadas no Apenso II deste Instrumento, a aquisição de emulsão é a solução tecnicamente adequada e economicamente superior para a realidade atual da Secretaria, maximizando o retorno social dos investimentos já realizados em pessoal e locação de equipamentos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'd', da Lei nº 14.133/2021)

4.1 A contratação deverá observar os requisitos relacionados nos subitens abaixo listados.

4.1.1 SUSTENTABILIDADE

☒ **APLICAM-SE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NESTA CONTRATAÇÃO NO CONTEXTO DO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA).**

☐ **NÃO SE APLICAM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NESTA CONTRATAÇÃO.**

4.1.2 SUBCONTRATAÇÃO

☒ **NÃO SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL.**

☐ **SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.**

4.1.3 CONSÓRCIO

☐ **NÃO SERÁ VEDADO.**

☒ **SERÁ VEDADO.** Como se depreende a Lei nº 14.133/2021 a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou não, e tal decisão cabe única e exclusivamente ao órgão promotor da licitação, pois esse juízo de oportunidade e conveniência encontra-se em sua margem de discricionariedade. A Doutrina e jurisprudência são unânimes em assentar que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração, conforme dispõe os Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 1.240/2008 e nº 2831/2012 – TCU – Plenário.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio".

4.1.4 - GARANTIAS

4.1.4.1 GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (Art. 96-102 da Lei nº 14.133/2021)

☒ **NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL.**

☐ **SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL.**

4.1.4.2 GARANTIA DO PRODUTO, CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Art. 40, §1º, III da Lei nº 14.133/2021)

☐ **NÃO SE APLICA.**

☒ **GARANTIA LEGAL.** Conforme prazos e condições definidos na Lei Federal nº. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

☐ **GARANTIA CONTRATUAL, COMPLEMENTAR À GARANTIA LEGAL.**

4.1.4.2.1. O fornecedor é integralmente responsável pela qualidade e conformidade da emulsão/massa asfáltica fornecida, devendo garantir que o material atenda às especificações técnicas exigidas pelas normas da ABNT e do DNIT, respondendo por quaisquer vícios, defeitos aparentes ou ocultos identificados no ato do recebimento ou durante a aplicação.

4.1.4.2.2. Constatado vício de qualidade, alteração na viscosidade, temperatura inadequada ou desconformidade do insumo com as especificações contratadas, a Administração notificará o fornecedor para adotar uma das seguintes soluções de compensação e regularização, a critério do Município:

- a) Substituição Integral da Carga (Regra Geral): O fornecedor deverá recolher e substituir, às suas expensas, a totalidade do quantitativo recusado por produto novo e em conformidade técnica, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas contados da notificação;
- b) Glosa/Abatimento Proporcional do Pagamento: Caso a substituição física do produto não seja efetuada no prazo estipulado no item "a", ou na hipótese de recebimento com ressalvas aprovado pela fiscalização, o Município realizará a glosa/desconto proporcional do valor equivalente ao quantitativo defeituoso diretamente da Nota Fiscal/Fatura pendente de pagamento, habilitando para liquidação apenas o volume efetivamente aceito;
- c) Ressarcimento de Custos Operacionais: Caso o vício do material cause prejuízos diretos à execução dos serviços da Secretaria (tais como perda de insumos agregados ou refazimento do serviço), os custos operacionais comprovadamente suportados pelo Município serão deduzidos dos pagamentos devidos à Contratada ou cobrados mediante ressarcimento ao erário.

4.1.4.2.3. Uma vez notificado para proceder à substituição ou correção do material, o fornecedor deverá adotar as providências no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, prorrogável uma única vez, por igual período,



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

mediante justificativa aceita formalmente pela Administração.

4.1.4.2.4. Decorrido o prazo sem o atendimento da notificação, o Município poderá adotar as medidas necessárias para mitigar o prejuízo ao serviço público, efetuando o abatimento financeiro direto do valor correspondente, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais e administrativas cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021.

4.1.4.2.5. Todos os custos decorrentes de frete, remoção, destinação de resíduos, ensaios laboratoriais e substituição do material defeituoso correrão por conta exclusiva do fornecedor.

4.1.4.2.6. A responsabilidade do fornecedor quanto à qualidade e garantia do insumo independe do encerramento da vigência contratual, permitindo a sua responsabilização por vícios ocultos verificados posteriormente, nos termos da legislação civil e administrativa aplicável.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Arts. 6º, XXIII, 'e' e 40, §1º, II - Lei nº 14.133/2021)

5.1 PRAZO PARA RETIRADA DO EMPENHO

5.1.1 O fornecedor deverá retirar a nota de empenho no prazo de 5(cinco) dias úteis, contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.

5.1.2 O fornecedor poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por motivo justo e aceito pela Administração.

5.2 PRAZO E FORMA DE ENTREGA

5.2.1. O fornecimento do insumo ocorrerá de forma parcelada (sob demanda), de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Obras Públicas, mediante a emissão e envio formal de **Ordem de Fornecimento (OF)** à Contratada durante a vigência do contrato.

5.2.2. Do Prazo e Horário de Entrega:

- 5.2.2.1. A entrega da emulsão asfáltica (RR-1C) / massa asfáltica deverá ser efetuada no prazo máximo de **até 48 (quarenta e oito) horas**, contados do recebimento formal da Ordem de Fornecimento emitida pelo setor competente.
- 5.2.2.2. O descarregamento e/ou bombeamento do produto no reservatório ou caminhão-espagador do Município deverá ocorrer impreterivelmente de **segunda a sexta-feira, no período matutino, das 07h00 às 12h00** (horário de expediente das equipes operacionais). Não haverá recebimento fora desse horário, em finais de semana ou feriados.
- 5.2.2.3. Após a chegada do caminhão do fornecedor ao local de entrega, o tempo máximo de permanência para aferição, amostragem e descarregamento não ultrapassará **02 (duas) horas**, salvo situações imprevisíveis ou de força maior devidamente registradas.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

5.2.3. Das Condições do Produto e do Veículo:

- 5.2.3.1. O fornecedor é integralmente responsável por disponibilizar o produto em temperatura, viscosidade e fluidez adequadas no momento do descarregamento, conforme especificações das normas técnicas aplicáveis (DNIT/ABNT).
- 5.2.3.2. O veículo transportador deverá cumprir as normas da ANTT para o transporte de produtos perigosos, contando obrigatoriamente com bomba de descarga acoplada e conexões compatíveis para a transferência segura do produto.
- 5.2.3.3. O fornecedor deverá entregar, no ato do descarregamento, o **Ticket de Pesagem oficial** emitido por balança aferida (INMETRO), acompanhado do **Laudo/Certificado de Análise Laboratorial do Lote** fornecido.
- 5.2.3.4. Todas as despesas relativas a frete, seguro, impostos, taxas, pesagem e descarga correm por conta exclusiva do fornecedor.

5.2.4. Do Procedimento de Recebimento Provisório:

- 5.2.4.1. O Recebimento Provisório será realizado no ato da entrega no local indicado, mediante conferência sumária pelo fiscal do contrato ou comissão designada.
- 5.2.4.2. A conferência inicial abrangerá a verificação da quantidade descrita no ticket de pesagem, aferição da temperatura do insumo e análise visual primária de conformidade.
- 5.2.4.3. Caso motivado e com antecedência mínima de 01 (um) dia útil, o fornecedor poderá solicitar alteração no cronograma de entrega, ficando a aceitação a critério exclusivo da Administração, desde que demonstrado o interesse público.

5.3 LOCAL, HORÁRIO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.3.1. Do Quantitativo e Parcelamento:

O quantitativo total contratado de **60 (sessenta) toneladas** — correspondente ao volume fixado no Apenso I — será fornecido sob demanda e parceladamente, estimado em **04 (quatro) parcelas iguais de 15 (quinze) toneladas cada**, conforme a seguinte previsão temporal:

- **1ª Parcela:** 15 (quinze) toneladas — estimada para entrega em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e emissão da 1ª Ordem de Fornecimento;
- **2ª Parcela:** 15 (quinze) toneladas — estimada para entrega aproximadamente 06 (seis) meses após a 1ª entrega;
- **3ª Parcela:** 15 (quinze) toneladas — estimada para entrega aproximadamente 06 (seis) meses após a 2ª entrega;
- **4ª Parcela:** 15 (quinze) toneladas — estimada para entrega aproximadamente 06 (seis) meses após a 3ª entrega.

5.3.2. O cronograma quadrimestral/semestral constante no item 5.3.1 possui natureza meramente estimativa e de planejamento orçamentário. O fornecimento real será determinado exclusivamente pela demanda da



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

Administração e pelo cumprimento do prazo de até 48 (quarenta e oito) horas fixado no item 5.2.2.1 após a expedição da Ordem de Fornecimento.

5.3.3. Do Local de Entrega:

As entregas deverão ser efetuadas obrigatoriamente no seguinte endereço:

- **Local/Próprio Público:** Pátio do Transporte Escolar
- **Logradouro:** Rua Marechal Rondon, nº 331
- **Bairro:** Bairro Santo Antônio
- **CEP:** 38702-540
- **Município/UF:** Patos de Minas / MG
- **Ponto de Referência:** Próximo às instalações de apoio operacional do Município.

5.4 RECEBIMENTO DO OBJETO

5.4.1 RECEBIMENTO PROVISÓRIO (Art. 140, II, 'a' da Lei nº 14.133/2021)

5.4.1. Do Controle de Qualidade e Amostragem:

- 5.4.1.1. A fiscalização do Município realizará o controle de qualidade no ato do recebimento, reservando-se o direito de colher amostras do material para a realização de ensaios laboratoriais e tecnológicos (verificação de viscosidade, taxa de resíduo, teor de ligante e massa da carga).
- 5.4.1.2. Havendo dúvida sobre a qualidade ou desempenho do insumo entregue, o fiscal do contrato poderá exigir do fornecedor a apresentação de laudos técnicos complementares expedidos por laboratório credenciado, sem ônus para a Administração Municipal.

5.4.2 RECEBIMENTO DEFINITIVO (Art. 140, II, 'b' da Lei nº 14.133/2021)

- 5.4.2.1. O Recebimento Definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o Recebimento Provisório, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, após:
 - a) A conferência conclusiva do ticket de pesagem e do volume entregue;
 - b) A confirmação de que o produto atende a todas as normas de qualidade e especificações do Edital e laudos exigidos;
 - c) A atestação formal da Nota Fiscal pelo Gestor/Fiscal do Contrato para fins de liquidação do pagamento.
- 5.4.2.2. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser suspenso ou prorrogado justificadamente caso sejam necessárias diligências contratuais adicionais ou aguardo do resultado de ensaios laboratoriais.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

5.4.3 DEMAIS REGRAMENTOS

5.4.3. Das Providências em Caso de Desconformidade e Recusa:

- 5.4.3.1. O Município rejeitará, no todo ou em parte, o lote que não apresentar a temperatura mínima exigida, que possuir divergência quantitativa/qualitativa no ticket de pesagem, ou que descumprir as normas técnicas vigentes.
 - 5.4.3.2. Em caso de recusa no ato da entrega ou constatação posterior de vício/desconformidade, a Contratada será notificada para substituir integralmente o produto em desacordo no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação.
 - 5.4.3.3. Todas as despesas decorrentes da substituição, remoção, novo transporte e testes do produto rejeitado correrão por conta e risco do fornecedor, sem encargo para o Município.
 - 5.4.3.4. O descumprimento do prazo de substituição ou a reincidência no fornecimento de material defeituoso ensejará a habilitação para pagamento apenas do quantitativo efetivamente aceito, bem como a abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.
 - 5.4.3.5. O aceite do material pelo Município não exime o fornecedor da responsabilidade por vícios ocultos ou defeitos de qualidade identificados posteriormente durante a aplicação do insumo.
- 5.4.3.1 O MUNICÍPIO poderá rejeitar, no todo ou em parte, o material que não esteja conforme as condições pactuadas, podendo, a seu critério, aceitar parcialmente o fornecimento, aplicando as deduções cabíveis.

6. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, 'f', da Lei nº 14.133/21)

6.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal 5401/2023, o MUNICÍPIO designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do futuro contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o fornecedor sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

6.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do futuro contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

6.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem prejuízos das sanções contratuais legais.

6.2.2 Transmitir ao fornecedor as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso.

6.2.3 Promover a verificação dos produtos já entregues.

6.2.4 Esclarecer as dúvidas do fornecedor, solicitando ao setor competente do MUNICÍPIO, se necessário, parecer de especialistas.

6.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do futuro contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3 A fiscalização, pelo MUNICÍPIO, não desobriga o fornecedor de sua responsabilidade quanto à perfeita execução



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

do objeto contratual.

6.3.1 A ausência de comunicação, por parte do MUNICÍPIO, sobre irregularidades ou falhas, não exime o fornecedor das responsabilidades determinadas no futuro contrato.

6.4 O MUNICÍPIO poderá recusar, sustar e/ou determinar a substituição de bens que não estejam sendo ou não tenham sido entregues de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

6.4.1 Qualquer bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser substituído pelo fornecedor, às suas expensas.

6.4.2 A não aceitação de algum bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância do MUNICÍPIO.

6.5 Caberá ao gestor do contrato deliberar sobre a execução contratual, em especial:

6.5.1 Autorizar o início da execução do objeto contratual, deliberando sobre o momento do envio de documentos de formalização tais como documentos ou nota de empenho ordinária ao contratado;

6.5.2 Coordenar as atividades realizadas pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, elaborando, sempre que necessário, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento à finalidade da Administrativa;

6.5.3 Receber dúvidas ou questionamentos de matérias sob sua competência, feitos pela CONTRATADA e/ou pela fiscalização, manifestando-se e dando o devido encaminhamento;

6.5.4 Deliberar sobre prorrogações de prazos de entre ou execução;

6.5.5 Deliberar sobre o recebimento definitivo do objeto contratado, mediante emissão de termo detalhado, quando não for designada comissão específica para tal fim;

6.5.6 Adotar as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

6.6 Para fins de fiscalização e gestão o MUNICÍPIO poderá solicitar ao fornecedor, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do futuro contrato.

6.7 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Município que venham a ser publicados para disciplina da matéria.

6.8 Para esta contratação a gestão será exercida pela Gerência de Suprimento da Secretaria Municipal de Obras Públicas- Márcia Maira de Magalhães - mat 7.174 e a fiscalização será exercida pelo Diretor de Execução de Obras Públicas - Romisley Antônio da Silva - mat. 17.108.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'g' da Lei nº 14.133/2021)



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

7.1 MEDIÇÃO

7.1.1 Durante a execução contratual, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento, observando critérios de qualidade, quantidade, prazo, conformidade com as especificações, devendo intervir para requerer ao fornecedor a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.1.2 O pagamento ao fornecedor será condicionado à entrega satisfatória e aceitação dos bens conforme critérios estabelecidos neste instrumento.

7.2 FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

7.2.1. Os pagamentos serão efetuados de forma parcelada, correspondendo estritamente ao quantitativo de insumo efetivamente entregue, medido e aceito definitivamente pela fiscalização em cada Ordem de Fornecimento (OF).

7.2.1.1. Não haverá pagamento antecipado, nem pagamento integral antes da conclusão regular das parcelas individualmente solicitadas e recebidas.

7.2.2. O processamento de cada pagamento parcelado ocorrerá mediante a apresentação, pelo fornecedor, da respectiva Nota Fiscal/Fatura discriminada, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Termo de Recebimento Definitivo emitido pelo Município, acompanhado do respectivo Ticket de Pesagem oficial que consolida o volume/peso da carga entregue no período;
- b) Certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária cabíveis e atualizadas;
- c) Comprovação da manutenção das condições de habilitação e idoneidade do fornecedor.

7.2.3. Os pagamentos de cada parcela serão processados no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de apresentação da documentação completa e válida descrita no item 7.2.2, desde que não haja pendência técnica ou administrativa a ser regularizada.

7.2.3.1. Os pagamentos observarão rigorosamente a ordem cronológica de exigibilidade por fonte de recursos, nos termos do art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.3.2. Verificando-se qualquer pendência na instrução da Nota Fiscal ou irregularidade no insumo, o prazo de pagamento será suspenso, sendo contada nova data a partir da efetiva regularização pela Contratada.

7.2.3.3. Na hipótese de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à quantidade ou qualidade da entrega, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, restando o valor em disputa até a solução do impasse.

7.2.4. As faturas deverão estar acompanhadas da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos incidentes sobre o objeto contratado.

7.2.5. O MUNICÍPIO realizará as retenções tributárias na fonte de acordo com a legislação vigente e normas da administração tributária.

7.2.6. Os pagamentos serão efetuados por ordem bancária, para crédito em conta corrente de titularidade do fornecedor.

7.2.7. Do Reajuste e do Equilíbrio Econômico-Financeiro:



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

7.2.7.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado da licitação.

7.2.7.2. Caso a vigência contratual ultrapasse o prazo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados a pedido da Contratada, aplicando-se a variação acumulada do INPC/IBGE (ou índice setorial do DNIT/ANP para insumos asfálticos), pro rata tempore, nos termos do artigo 135 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.7.3. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (revisão) poderá ser instaurada a qualquer tempo, desde que comprovada superveniência de fato imprevisível ou imprevisível de consequências calculáveis, que altere significativamente o custo de fornecimento do insumo, nos termos do art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.

7.2.8. Da Atualização Monetária por Atraso (Mora): A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO, em caso de eventual atraso injustificado, será calculada a partir da data de vencimento da obrigação até o efetivo pagamento, pela variação do INPC/IBGE pro rata tempore.

7.2.8.1. Não caracterizará mora imputável ao MUNICÍPIO os eventuais atrasos decorrentes do encerramento do exercício financeiro (compreendido entre o final de dezembro e o mês de janeiro subsequente), motivados por bloqueios operacionais do sistema contábil municipal/estadual obrigatoriamente utilizado.

7.2.9. No ato de liquidação da despesa, o setor contábil efetuará as devidas comunicações e registros tributários em atendimento à Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 5.401/2023.

7.3 MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

7.3.1. Do Reajustamento de Preços (Reajuste em Sentido Stricto):

- 7.3.1.1. A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do interregno mínimo de 01 (um) ano, contado a partir da data do orçamento estimado pela Administração, mediante a aplicação da variação do IPCA/IBGE, relativo ao período decorrido entre a referida data e a do efetivo reajuste.
- 7.3.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.
- 7.3.1.3. Os valores reajustados incidirão estritamente sobre os quantitativos de bens e parcelas a serem fornecidos após o atingimento do prazo anual.
- 7.3.1.4. A variação do valor contratual decorrente do reajuste de preços será formalizada por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento contratual, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

7.3.2. Do Restabelecimento do Equilíbrio Econômico-Financeiro (Revisão/Recomposição):

- 7.3.2.1. O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento formal do fornecedor quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser devidamente instruído com a documentação comprobatória da álea econômica extraordinária e do impacto direto nos custos do contrato.
- 7.3.2.2. O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de 01 (um) ano a contar do fato gerador que o ensejou, sob pena de decadência.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

- 7.3.2.3. O requerimento deverá ser formulado obrigatoriamente durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento, nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, sob pena de preclusão.

- 7.3.2.4. O MUNICÍPIO, no prazo máximo de 01 (um) mês, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá formalmente aos pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pelo fornecedor, conforme disposto no art. 92, inciso XI, c/c art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

7.3.3. Das Regras e Procedimentos para Alteração e Revisão de Preços:

- 7.3.3.1. Para restabelecer a relação pactuada inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do insumo, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, os valores contratados serão ajustados na proporção da alteração comprovada nos custos.

- 7.3.3.2. Incumbirá à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio financeiro a ser apreciado pela Administração, juntando memorial descritivo, notas fiscais de aquisição de insumos, planilhas comparativas e demais provas documentais necessárias.

- 7.3.3.3. Ao analisar e deferir o pedido de revisão, a Administração buscará manter, preferencialmente, a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço proposto e o preço praticado no mercado.

- 7.3.3.4. O valor pleiteado pela Contratada constituirá o limite máximo passível de concessão na revisão, podendo a Administração deferir montante inferior com base no laudo do setor técnico.

- 7.3.3.5. O mero protocolo do pedido de revisão não desobriga a Contratada do fornecimento regular das Ordens de Fornecimento emitidas, nem a imuniza de penalidades por eventual descumprimento do prazo de entrega de 48 horas.

- 7.3.3.6. O processo de revisão em favor do MUNICÍPIO será instaurado de ofício quando constatada a redução dos preços de mercado ou a diminuição comprovada dos custos dos insumos constitutivos do bem fornecido.

- 7.3.3.7. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade PREGÃO, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

8.1.2 A Proposta de Preços deverá conter os dados mínimos exigidos no modelo de proposta, anexo ao instrumento convocatório.

8.1.3 Não será exigida carta de solidariedade nos termos do item 8.4 deste Termo de Referência.

8.1.4 Em conjunto com a Proposta de Preços, serão exigidas as seguintes documentações cabíveis ao fornecimento de emulsão asfáltica RR1C:

8.1.4.1 Certificação de qualidade do produto:

O fornecedor deverá apresentar certificado de conformidade Da emulsão com as normas técnicas aplicáveis, como as normas ABNT referentes a misturas asfálticas e controle de qualidade do material.

8.1.4.1.1 Justificativa:

A exigência garante que o material fornecido atende aos padrões de qualidade necessários para a execução da pavimentação, prevenindo falhas na obra e assegurando durabilidade do pavimento.

8.1.4.2 Licença ambiental ou autorização do órgão competente:

O fornecedor deverá apresentar **Licença Ambiental de Operação (LO)** válida ou documento equivalente expedido pelo órgão ambiental competente (IBAMA ou órgão estadual/municipal de meio ambiente), que comprove a regularidade ambiental da fábrica/usina de industrialização de produtos asfálticos ou da unidade de distribuição de derivados de petróleo onde é produzida ou estocada a emulsão asfáltica.

8.1.4.2.1 Justificativa:

A exigência garante que a produção e fornecimento da emulsão estejam em conformidade com as normas ambientais, prevenindo impactos e responsabilizações legais ao MUNICÍPIO.

8.2 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Art. 68 - Lei nº 14.133/21)

8.2.1.1 Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no instrumento convocatório.

8.2.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art. 69 da Lei nº 14.133/21)

8.2.2.1 **SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.** Para qualificação econômico-financeira é necessário a apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme o caso (Pessoa Jurídica ou Física).

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no caso de Pessoa Jurídica.

8.2.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 67 da Lei 14.133/2021)



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

☐ **NÃO SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.** Uma vez que a contratação se enquadra em hipótese de faculdade prevista no art. 70, III, da lei federal nº 14.133/2021.

☒ **SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.** Conforme critério(s) a seguir elencado(s):

☐ Declaração de vistoria do local dos serviços, para perfeito conhecimento do objeto licitado, inclusive quanto às características físicas, das quantidades e especificidades dos serviços objeto da licitação, não se admitindo reclamações futuras advindas de dificuldades técnicas e operacionais não detectadas quando da vistoria e de disponibilidade de instalações, equipamentos, material e pessoal técnico adequados para a realização do objeto da licitação, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo **APENSO III**.

☒ O licitante deve apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, inclusive de complexidade tecnológica e operacional, equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **CERTIDÕES** ou **ATESTADOS**, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou por documentos regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

O licitante vencedor deverá apresentar, em conjunto com a proposta de preços/documentação técnica, a **Autorização de Exercício da Atividade de Distribuição de Asfalto**, emitida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em plena validade, nos termos da Resolução ANP nº 898/2022 (e/ou Resolução ANP nº 897/2022, caso aplicável à fabricação de emulsões).

8.2.3.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados ou certidões deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Descrição do objeto, prazo e a quantidade fornecida.

8.2.3.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.3.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.3.2.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

☐ Registro ou inscrição válida da empresa na entidade profissional, em plena validade.

☐ Prova de atendimento ao(s) seguinte(s) requisito(s) previsto(s) na lei [indicar legislação]: [indicar requisito(s), enumerando se múltiplos]

8.3 EXIGÊNCIA DE AMOSTRA, EXAME DE CONFORMIDADE E OUTROS TESTES (Art. 17, §3º e art. 41, II, da Lei nº 14.133/2021)

☒ **NÃO SE APLICA.**

☐ **APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA DE AMOSTRAS, EXAME DE CONFORMIDADE E OUTROS TESTES.**



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

8.4 EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE (Art. 41, IV, da Lei nº 14.133/2021)

☒ **NÃO SERÁ EXIGIDA CARTA DE SOLIDARIEDADE.**

☐ **SERÁ EXIGIDA CARTA DE SOLIDARIEDADE.** No contexto da presente licitação, a Administração Pública considera indispensável a exigência de uma Carta de Solidariedade emitida pelo fabricante que assegure a execução da contratação", nos termos do art. 41, IV. Esta exigência se justifica por *[inserir justificativa]*.

8.5 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS

8.5.1 Na hipótese de a contratação possuir um ou mais itens com valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação será:

☒ **SEM COTA RESERVADA.** Justifica-se a não aplicação da cota reservada.

Justifica-se a não aplicação da cota reservada prevista na Lei Complementar nº 123/2006, com fundamento no art. 49, incisos II e III, em razão das características específicas do objeto a ser contratado, qual seja, o fornecimento de Emulsão Asfáltica RR1C.

Trata-se de material que exige processo produtivo industrial contínuo, controle tecnológico rigoroso, logística especializada e fornecimento imediato após a usinagem, sob pena de perda de qualidade e comprometimento da execução dos serviços. Nesse contexto, a divisão do objeto em cotas poderia prejudicar a padronização do material, impactar negativamente a qualidade final da pavimentação e comprometer a economicidade e a eficiência da contratação.

Ademais, verifica-se que o mercado fornecedor é restrito, sendo composto, em sua maioria, por empresas de médio e grande porte que detêm usinas de asfalto e capacidade técnica compatível com as exigências do objeto. Não se identificou a existência de, no mínimo, três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte aptos a atender, de forma plena e simultânea, às condições estabelecidas no certame, especialmente quanto à capacidade de produção, transporte e entrega dentro dos parâmetros técnicos exigidos. Dessa forma, a aplicação da cota reservada poderia comprometer a competitividade, a viabilidade e a adequada execução contratual, não se mostrando vantajosa para a Administração Pública.

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1.1 O MUNICÍPIO se obriga a:

9.1.1.1 Receber os materiais no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.1.3 Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de comissão/servidor especialmente designado;



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

9.1.1.5 Efetuar o pagamento ao fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

9.1.1.6 Devolver os materiais entregues fora das especificações exigidas ou quando não estejam de conformidade com os padrões de qualidade, dando ciência dos motivos da recusa ao fornecedor, que assumirá todas as despesas daí decorrentes.

9.1.1.7 Notificar previamente ao fornecedor, quando da aplicação de penalidades;

9.1.1.8 Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pelo fornecedor, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;

9.1.1.9 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos.

9.1.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

9.1.1.10.1 A administração responderá ao contratado dentro dos prazos legalmente estabelecidos, contados da data da conclusão da instrução do requerimento.

9.2 OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.2.1 O fornecedor se obriga a:

9.2.1.1 O fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal com todas as discriminações inerentes ao objeto, bem como as certidões de regularidade cabíveis;

9.2.1.3 Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função do objeto do contrato a ser firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralizações na entrega dos materiais, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados ao MUNICÍPIO no prazo de 48(quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita do Município.

9.2.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do futuro contrato em que se verifiquem má qualidade, vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados, se for o caso, ou não correspondente(s) ao(s) material(is);

9.2.1.5 Comunicar ao MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.1.6 Manter, durante toda a execução do futuro contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

9.2.1.7 Promover a destinação final ambientalmente adequada do objeto contratado, sempre que a legislação assim o exigir.

9.2.1.8 Prestar ao MUNICÍPIO, sempre que necessário, esclarecimentos, fornecendo toda e qualquer orientação necessária.

9.2.1.9 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos, Alvarás, licenciamentos, autorizações e materiais necessários ao fornecimento do objeto deste Termo de Referência;

9.2.1.10 Assegurar que o objeto deste Termo de Referência não sofra solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

9.2.1.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica na execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao MUNICÍPIO;

9.2.1.12 A eventual retenção de tributos pelo MUNICÍPIO não implicará a responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pelo fornecedor.

9.2.1.13 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição do objeto, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo MUNICÍPIO, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas Notas Fiscais, conforme os comandos legais específicos;

9.2.1.14 Responsabilizar-se pelos vícios, ainda que ocultos, e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo MUNICÍPIO, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.1.15 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo MUNICÍPIO, de substituição dos produtos que não estejam sendo ou não tenham sido entregues de acordo com o estipulado neste instrumento, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o MUNICÍPIO;

9.2.1.15.1 Comunicar ao MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal relativa ao fornecimento;

9.2.1.16 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo MUNICÍPIO ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto;

9.2.1.17 Não contratar, durante a vigência do futuro contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do MUNICÍPIO, ou do fiscal ou do gestor, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

9.2.1.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do futuro contrato;

9.2.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do futuro contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021);



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

9.2.1.20 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência do futuro contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Instrução Normativa SSC/MGI n.º 217/2021, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

- a. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou prestar declaração falsa.
- b. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- d. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- e. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- f. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2010.
- j. Der causa à inexecução parcial do contrato.
- k. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- l. Der causa à inexecução total do contrato.

10.2. O licitante ou o contratado que descumprir, total ou parcialmente, as regras estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou no contrato administrativo ficará sujeito às seguintes sanções, aplicadas conforme o disposto na Instrução Normativa SSC/MGI Nº 217/2024 e na Lei nº 14.133/2021:

- a. Advertência.
- b. Multa moratória ou compensatória.
- c. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de três anos.
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A sanção de multa, calculada conforme disposto no instrumento convocatório ou nas cláusulas contratuais, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

podem ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

10.6. A aplicação das sanções previstas requererá a instauração de processo de responsabilização, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

a. Para as sanções de advertência e multa, será facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

b. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será conduzida por comissão designada, que avaliará os fatos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de quinze dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa por escrito e especificar as provas que pretende produzir.

10.7. Da decisão que aplica as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.8. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'i', da Lei nº 14.133/2021)

11.1 O custo estimado total da contratação se encontra na **TABELA INDICATIVA DE ITENS A LICITAR** disposta no Instrumento Convocatório.

11.2 As memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte, bem assim a indicação dos parâmetros utilizados, constam como anexo(s) ao procedimento administrativo de licitação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, 'j' da Lei 14.133/2021)

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

- A contratação será atendida pela seguinte dotação: 2532

Fontes 01.0759.0000.0019

01.0750.0000.0000

13. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

13.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pelo Diretor de Execução de Obras Públicas Romisley Antônio da Silva e Márcia Maria de Magalhães - Gerente de Suprimentos (Secretaria de Obras Públicas), estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, afastando-se as características, cláusulas e condições que direcionem, comprometam, restrinjam ou frustre o caráter competitivo da licitação, passando, assim, a integrar o processo administrativo formalizado.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

Patos de Minas, 07 de outubro de 2026.

Márcia Maria de Magalhães - mat. 7.174

Gerente de Suprimentos

Romisley Antônio da Silva - mat. 17.108

Diretor de Execução de Obras Públicas



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

APENSO I

TABELA INDICATIVA DE ITENS A LICITAR

ITEM / LOTE	CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO	UNID FORNECIME NTO	QUANTITATI VO TOTAL	ME/EPP OU AMPLA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	40.904	EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C - TONELADA	TONELADA	60	AMPLA	5.498,05	329.883,00

Patos de Minas, 07 de outubro de 2026.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

APENSO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

1. Objeto

Aquisição de emulsão asfáltica catiônica de ruptura rápida do tipo RR-1C, destinada aos serviços de pintura de ligação e manutenção da pavimentação asfáltica (obras de tapa-buracos e recomposição do pavimento) executados pelas equipes da Secretaria Municipal de Obras Públicas.

2. Normas Técnicas

O produto fornecido deverá atender rigorosamente às especificações técnicas fixadas nas seguintes normas e regulamentos vigentes:

- **DNIT 165/2013 – EM:** Emulsões asfálticas catiônicas – Especificação de material;
- **ABNT NBR 14376:** Emulsões asfálticas catiônicas – Especificação;
- **ABNT NBR 14375:** Emulsões asfálticas – Coleta de amostras;
- **Resoluções ANP nº 898/2022 e nº 897/2022:** Regulamentação para distribuição e industrialização de produtos e derivados asfálticos.

3. COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA MISTURA

A Emulsão Asfáltica RR-1C constitui um sistema disperso de Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP) em água, formulado com agente emulsificante catiônico, apresentando as seguintes características morfológicas:

- **Fase Asfáltica:** Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP) compatível com os padrões regulamentares;
- **Fase Aquosa:** Água e agente emulsificante de natureza catiônica;
- **Classificação:** Ruptura Rápida (RR), Tipo 1 (viscosidade para pintura de ligação), Catiônica (C).

4. PARÂMETROS E PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS (EXIGÊNCIAS MÍNIMAS)

A emulsão asfáltica RR-1C deverá apresentar, obrigatoriamente, os seguintes parâmetros físico-químicos definidos pela norma DNIT 165/2013-EM:

- **a) Viscosidade Saybolt-Furol a 50 °C:** Entre 20 e 100 segundos;
- **b) Resíduo por Evaporação:** Mínimo de 60% em massa;
- **c) Peneiramento (retido na peneira nº 20 - 0,84 mm):** Máximo de 0,1% em massa;
- **d) Carga da Partícula:** Positiva (Catiônica);
- **e) Sedimentação (5 dias):** Máximo de 5% em massa;
- **f) Penetração no Resíduo (25 °C, 100g, 5s):** Entre 40 e 90 (0,1mm);



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

- **g) Viscosidade da Emulsão / Desemulsibilidade:** Conforme limites normativos do DNIT.

5. DO CONTROLE TECNOLÓGICO E QUALIDADE DO MATERIAL

5.1. O fornecedor deverá apresentar obrigatoriamente, a cada lote/carga entregue, o respectivo **Laudo de Análise Laboratorial e Certificado de Qualidade do Lote**, atestando o cumprimento dos parâmetros exigidos pela norma DNIT 165/2013-EM.

5.2. O Município reserva-se o direito de efetuar a amostragem do material no ato do descarregamento para ensaios de controle tecnológico de viscosidade, taxa de resíduo e sedimentação.

5.3. Caso o produto apresente ruptura prévia/quebra no caminhão-tanque, decantação excessiva, teor de água acima do permitido ou qualquer parâmetro fora das especificações normativas, a carga será rejeitada no Recebimento Provisório, correndo os custos de remoção e substituição por conta exclusiva da Contratada.

6. FORMA DE FORNECIMENTO E LOGÍSTICA

6.1. Forma de Fornecimento: O fornecimento será efetuado de forma parcelada (sob demanda), mediante a expedição formal de Ordem de Fornecimento (OF), com medição efetuada por toneladas.

6.2. Prazo de Entrega: Em até **48 (quarenta e oito) horas**, contados do recebimento formal da Ordem de Fornecimento.

6.3. Modo de Transporte e Descarga: O insumo deverá ser entregue no Pátio do Transporte Escolar (Rua Marechal Rondon, nº 331, Bairro Santo Antônio, CEP 38702-540), por meio de caminhão-tanque dotado de bomba de descarga acoplada e conexões compatíveis para a transferência segura do produto aos reservatórios/espargidores do Município.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

APENSO III

DECLARAÇÕES

A Empresa, portadora do CNPJ n.º..... participante do Pregão/CONCORRÊNCIA Nº /2026 cujo objeto é a _____, DECLARA:

* Que temos conhecimentos das condições do local de execução do objeto, inclusive quanto às características físicas, das quantidades e especificidades dos serviços objeto desta licitação. Declaro ainda que foi dado acesso às instalações dos órgãos da Prefeitura Municipal, bem como foram esclarecidas todas as questões por mim suscitadas, e que tenho pleno conhecimento do volume de trabalho e dos materiais/equipamentos necessários à execução dos serviços objeto desta licitação e não pronunciarei qualquer reclamação posterior de desconhecimento de detalhes técnicos e operacionais não detectados na visita técnica;

* Que possuímos pessoal capacitado, em quantidade suficiente e disponível para a execução do objeto da licitação acima referenciada, sob pena de responsabilização nos termos da Lei.
(Qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos)

- 1-
- 2-
- 3-

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, assino a presente declaração.

(LOCAL E DATA)

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)
(ENDEREÇO, SE INEXISTENTE NO PAPEL IMPRESSO)



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Aquisição de emulsão asfáltica RR1C destinado à manutenção e recuperação da pavimentação asfáltica das vias públicas do município, para aplicação diária em serviços de tapa-buracos e recomposição do pavimento.

Considerando que o Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto a ser contratado, APROVO o referido documento para que, obrigatoriamente, seja parte integrante do edital.

Marcos José Braga - mat. 36.491
Secretário Municipal de Obras Públicas

TERMO DE REFERÊNCIA docx1 pdf

Código do documento 01a144d2-a36e-7771-b4ce-d643851660ee



Assinaturas



Romisley Antônio da Silva
romisley@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou



Márcia Maria de Magalhães
comprasinfra@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Márcia Maria de Magalhães



Marcos José Braga
marcos.braga@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Marcos José Braga

Eventos do documento

16 Oct 2026, 10:07:19

Documento 01a144d2-a36e-7771-b4ce-d643851660ee **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-10-16T10:07:19-03:00

16 Oct 2026, 10:08:47

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-10-16T10:08:47-03:00

16 Oct 2026, 10:09:32

MÁRCIA MARIA DE MAGALHÃES **Assinou** (7eca6740-b2b1-4e8c-a5b5-bd4ea7c6ec81) - Email:comprasinfra@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 131.221.48.124 (131-221-48-124.sempre.tec.br porta: 38790) - Documento de identificação informado: 034.434.276-00 - DATE_ATOM: 2026-10-16T10:09:32-03:00

16 Oct 2026, 10:11:28

MARCOS JOSÉ BRAGA **Assinou** - Email: marcos.braga@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 131.221.48.196 (131-221-48-196.sempre.tec.br porta: 2030) - Documento de identificação informado: 676.198.276-68 - DATE_ATOM: 2026-10-16T10:11:28-03:00

16 Oct 2026, 10:11:31

ROMISLEY ANTÔNIO DA SILVA **Assinou** - Email: romisley@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 177.191.79.183 (177-191-079-183.xd-dynamic.algarnetsuper.com.br porta: 55788) - [Geolocalização: -18.5705068 -46.5059556](#) - Documento de identificação informado: 045.438.856-00 - DATE_ATOM: 2026-10-16T10:11:31-03:00

Hash do documento original

(SHA256):cc1227aa6214cdae71a5f6719dc270bab3cb31e88bc92e8a827b6fbbd1a8b6c1

(SHA512):bc417352616a9f53413d9c74e81969f8237610ecc46813c73d2f7a2656afaa8412af9d5c32f9b6b7e6b20b28af76fea231e39ab0f0e3aab285b180c40bc00e1f

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

PORTARIA Nº 5.060, DE 18 DE MARÇO DE 2026.

Nomeia Comissão de Agentes de Contratação e Pregoeiros.

O Prefeito do Município de Patos de Minas, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “a” do inc. III do art. 30 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, “Lei de Licitações e Contratos Administrativos”;

Considerando o disposto no Processo Administrativo Digital – SEI nº 26.1.000007736-0, de 18 de março de 2026;

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam designados os seguintes membros para comporem a Comissão de Agentes de Contratação e Pregoeiros nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I – Álvaro Guilherme Rocha;
- II – Elis Ângela Alves;
- III – Juliana Silva Caixeta;
- IV – Michele Dias Fiusa;
- V – Daniela Fátima de Oliveira Magalhães;
- VI – Christiane Teixeira Magalhães;
- VII – Raquel Ribeiro de Oliveira;
- VIII – Ricardo Caetano de Almeida;
- IX – Ronaldo Gonçalves de Deus Júnior;
- X – Janete Tiago Rodrigues Silvestre;
- XI – Rogério Borges Vieira;
- XII – Janaína Cristina Silva;
- XIII – Raíne Talita Rocha;
- IVX – Sabrina Magalhães Machado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 18 de março de 2026.

Luís Eduardo Falcão Ferreira
Prefeito Municipal

Paulo Henrique Rabelo da Silveira
Procurador-Geral do Município

Port5060 pdf

Código do documento 10538ee4-c1a4-45a6-a315-8de56dfc923a



Assinaturas



LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA
documentos.gabinete@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA



Paulo Henrique Rabelo da Silveira
phsilveira@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Paulo Henrique Rabelo da Silveira

Eventos do documento

18 Mar 2026, 14:29:43

Documento 10538ee4-c1a4-45a6-a315-8de56dfc923a **criado** por ADVOCACIA-GERAL DO MUNICÍPIO - PROCURADORIA (b992d250-b612-4bcb-b518-c62e9d26ecfc). Email:procuradoria@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-03-18T14:29:43-03:00

18 Mar 2026, 14:30:19

Assinaturas **iniciadas** por ADVOCACIA-GERAL DO MUNICÍPIO - PROCURADORIA (b992d250-b612-4bcb-b518-c62e9d26ecfc). Email: procuradoria@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-03-18T14:30:19-03:00

18 Mar 2026, 14:48:01

PAULO HENRIQUE RABELO DA SILVEIRA **Assinou** (d4cad098-24fb-4a7f-a064-96897ab54de1) - Email: phsilveira@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 30750) - Documento de identificação informado: 060.046.316-80 - DATE_ATOM: 2026-03-18T14:48:01-03:00

18 Mar 2026, 17:05:10

LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA **Assinou** (6ed65cfe-cd52-4bc0-a294-4b4038d8a7e9) - Email: documentos.gabinete@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 14696) - Documento de identificação informado: 056.351.466-35 - DATE_ATOM: 2026-03-18T17:05:10-03:00

Hash do documento original

(SHA256):0e65c2fdd0d468412938aabd4f87e6bee07a5e39f68f048cb6888c4251bb42ea

(SHA512):70ae2d93c9ab9e35185b9e9ff56df5f3d9845793bf4aaaf4478e3d4a7f22aa8df9611c34e504b197ef31b939e1e08fb31dcb00f54159e125393c39fa1131e04f

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

Com base na legislação pertinente às licitações, Lei 14.133/21, venho por meio deste memorando expressar minha autorização para a abertura do processo administrativo de licitação.

Modalidade: PREGÃO

Forma: ELETRÔNICA

Modo de Disputa: ABERTO

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C, PARA AS AÇÕES DE TAPA BURACO DA SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS.

Valor Total Previsto: R\$ 329.883,00 (trezentos e vinte e nove mil, oitocentos e oitenta e três reais)

Para a elaboração do edital, designo a servidora Christiane Teixeira Magalhães.

Ressalto a importância do estrito cumprimento dos preceitos legais em todas as etapas desta licitação, visando assegurar os princípios de transparência, lisura e competitividade inerentes ao processo.

smadocumentos@patosdeminas.i

D4Sign
Assinado
Ana Paula Lara de Vasconcelos Ramos

ANA PAULA LARA DE VASCONCELOS RAMOS
Secretária Municipal de Administração



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

ADMINISTRAÇÃO

VEDAÇÃO DO CONSÓRCIO

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C, PARA AS AÇÕES DE TAPA BURACO DA SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS.

Como se depreende da Lei Federal nº 14.133/21 a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou não, e tal decisão cabe única e exclusivamente ao órgão promotor da licitação, pois esse juízo de oportunidade e conveniência encontra-se em sua margem de discricionariedade. A Doutrina e jurisprudência são unânimes em assentar que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração. Dispõe os Acórdãos do Tribunal de Contas da União:

Acórdão nº 1.240/2008 – TCU – Plenário:

“A regra, no procedimento licitatório, é a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, permitindo-se a união de esforços quando questões de alta complexidade e de relevante vulto impeçam a participação isolada de empresas com condições de sozinhas, atenderem todos os requisitos de habilitação exigidos no edital, casos em que a participação em consórcio ampliaria o leque de concorrentes.”

Acórdão nº 2831/2012 – TCU – Plenário:

“A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória. Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípua de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa.”



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

ADMINISTRAÇÃO

Ainda sobre o tema, o Prof. Marçal Justen Filho, assevera:

O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas.

E assim conclui:

Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão em tela.

smadocumentos@patosdeminas.l

D4Sign
Assinado
Ana Paula Lara de Vasconcelos Ramos

ANA PAULA LARA DE VASCONCELOS RAMOS
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO - EMULSÃO ASFÁLTICA pdf

Código do documento 01a154e8-293a-77ae-9487-186aef7b4c77



Assinaturas



Ana Paula Lara de Vasconcelos Ramos
smadocumentos@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Ana Paula Lara de Vasconcelos Ramos

Eventos do documento

19 Oct 2026, 13:04:28

Documento 01a154e8-293a-77ae-9487-186aef7b4c77 **criado** por ÁLVARO GUILHERME ROCHA (ae657135-6fe9-4f9b-a5ca-e0f5db71cf9c). Email: alvaro@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-10-19T13:04:28-03:00

19 Oct 2026, 13:04:59

Assinaturas **iniciadas** por ÁLVARO GUILHERME ROCHA (ae657135-6fe9-4f9b-a5ca-e0f5db71cf9c). Email: alvaro@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-10-19T13:04:59-03:00

19 Oct 2026, 16:58:27

ANA PAULA LARA DE VASCONCELOS RAMOS **Assinou** (73011ac1-f49c-42d1-a715-a42bec484acc) - Email: smadocumentos@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 131.221.48.55 (131-221-48-55.sempre.tec.br porta: 63078) - [Geolocalização: -18.604353092758235 -46.509656336521466](#) - Documento de identificação informado: 807.044.416-91 - DATE_ATOM: 2026-10-19T16:58:27-03:00

Hash do documento original

(SHA256):940d292492c129dd3b6695ae62e57bd809b5303417654c1d2759a829f083bc77

(SHA512):80c2cafb2035acefd9a81c6fbc21e5628c214276068c4cb62e402e912eaabaf28d1148ced4a16fdf822c3c6cdb6c1356eb8f70c6de78ae0b4001c02d3d665ae0

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.



MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N° ____/20__

PROCESSO DIGITAL ____-____-____

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º ____/____ QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E A EMPRESA**

_____.

O **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**, inscrito no CNPJ n.º 18.602.011/0001-07, neste ato representada por sua Prefeita, a Sra. Sandara Cristina Gomes da Silva, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado à empresa _____, CNPJ n.º _____, estabelecida na cidade de _____/Estado, na Rua _____, – CEP: _____, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo Sr. _____, CPF n.º XXX._____.XXX-XX, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo n.º _____ e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º ____/____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a _____, conforme itens constantes do Termo de Referência, partes integrantes deste instrumento, em quantitativos a serem informados pela contratante, através de requisições.

1.2. Objeto da Contratação:

ITE M	COD	UNID	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA / MODELO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E EXTENSÃO

2.1. O contrato vigorará pelo período de 24 (vinte e quatro) meses conforme Termo de Referência, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a Lei 14.133/21 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$** _____
(_____) pela **entrega do(s) bem(s)**.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,



fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

Os pagamentos serão efetuados no Banco _____, Agência _____, Conta Corrente _____.

5.1. Haverá retenção na fonte do imposto de renda – IR em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

5.3. Juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, deverão ser apresentadas cópias dos comprovantes de recolhimento dos encargos previdenciários relativos ao pessoal alocado para o desenvolvimento do objeto do Contrato, sem as quais os pagamentos não serão efetuados.

5.4 Deverá ser respeitado o que determina o Decreto Municipal n.º 5.613/2023, que regulamenta a retenção do Imposto de Renda incidente na fonte sobre valores pagos pelo Município de Patos de Minas a pessoas físicas e jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços.

5.5. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, “pro-rata tempore” ou outro índice que venha substituí-lo, conforme a legislação vigente, acrescido de juros de 1% ao ano.

5.6. Na emissão da fatura, a empresa CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, com o título de RETENÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL, observadas as regras das Instruções editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).



5.6.1. A falta de destaque do valor de retenção no documento autoriza que a CONTRATANTE proceda a devida retenção sobre o título de cobrança ou o devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

5.7. Imposto sobre serviços de qualquer natureza (se for o caso):

5.7.1 Em cumprimento ao Código Tributário Municipal e aos dispostos na Lei Complementar nº 204 de 22 de dezembro de 2003, a CONTRATADA deverá destacar alíquota correspondente ao serviço prestado observando a Tabela I da referida Lei, calculada sobre o valor bruto da nota fiscal.

5.7.2. Na emissão da nota fiscal de prestação de serviços, a empresa CONTRATADA deverá destacar o valor do imposto, no campo específico, observada a legislação pertinente.

5.7.3. A falta de destaque do valor do imposto no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE proceda o devido desconto sobre o título de cobrança ou devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO.

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais datadas de ____/____/____].

6.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (*indicar o índice a ser adotado*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2.1. O reajuste contratual deverá ser solicitado formalmente pela contratada após o implemento do interregno mínimo legal de 12 (doze) meses, acompanhado da memória de cálculo correspondente. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da data do protocolo do requerimento administrativo, vedada a concessão retroativa referente a períodos já consumados sem manifestação da contratada, ressalvada disposição legal ou entendimento superveniente dos órgãos de controle.



6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

6.7. As solicitações de reajuste e/ou reequilíbrio deverão ser feitas via SEI PATOS! através do link <https://portalsei.patosdeminas.mg.gov.br/>. (Procedimentos Administrativos: Licitações e Contratos).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



7.1. As infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/21.

8.2. Na ocorrência de rescisão, por conveniência administrativa, a CONTRATADA será notificada.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO/ FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

Para esta contratação a gestão será exercida pela _____ e a fiscalização será pelo _____.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Secretaria:

Dotação:

Fonte de Recursos:

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. As partes garantem que tomarão todas as medidas de segurança, de governança e boas práticas no tratamento de dados e informações. A adequação das medidas deverá levar em conta a Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e diretrizes, padrões técnicos e boas práticas a serem determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o que poderá incluir selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA

15.1. O presente instrumento é celebrado em meio eletrônico, mediante utilização da plataforma D4Sign disponibilizada pelo CONTRATANTE.



15.2. A assinatura do representante legal ou procurador da CONTRATADA deverá ser realizada mediante certificado digital válido, emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil e vinculado à pessoa do signatário, constituindo assinatura eletrônica qualificada, nos termos da Lei Federal nº 14.063/2020 e da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

15.3. O certificado utilizado deverá permitir a identificação inequívoca do signatário, bem como a verificação da autoria e da integridade do documento eletrônico, não sendo suficiente, para a CONTRATADA, a utilização exclusiva de assinatura simples ou avançada, mecanismo de autenticação ou aceite eletrônico disponibilizado pela plataforma.

15.4. A CONTRATADA declara que a pessoa que subscreve eletronicamente o presente instrumento possui poderes suficientes para representá-la e assumir, em seu nome, as obrigações dele decorrentes.

15.5. A plataforma eletrônica constitui meio de operacionalização e gerenciamento do fluxo de assinaturas, devendo ser preservados o documento eletrônico original e os respectivos elementos destinados à comprovação de sua autoria, integridade e validade.

15.6. As disposições desta cláusula aplicam-se, no que couber, aos termos aditivos e demais instrumentos relacionados ao presente contrato que demandem assinatura da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça em Patos de Minas para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação que não puderem ser compostos pelos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias (arbitragem, mediação, conciliação ou Comitês de Resolução de Disputas (dispute boards)) conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



17.2. E por estarem assim, justas e acordadas, as PARTES assinam, eletronicamente, o presente instrumento, aceitando e reconhecendo como válida as assinaturas digitais.

Patos de Minas-MG, datado conforme assinaturas digitais.

MUNICIPIO DE PATOS DE MINAS

Sandra Cristina Gomes da Silva

Prefeita Municipal

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: _____



PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº __/2026
PROCESSO DIGITAL 26.1.000029645-3

OBJETO

AQUISIÇÃO PARCELADA DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C, PARA AS AÇÕES DE TAPA BURACO DA SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 329.883,00 (trezentos e vinte e nove mil, oitocentos e oitenta e três reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia XX/XX/XXXX às XXh (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2026
PROCESSO DIGITAL 26.1.000029645-3

O Município de Patos de Minas, CNPJ nº 18.602.011/0001-07, com endereço à Rua Dr. José Olympio de Melo, 151 – Eldorado – Patos de Minas/MG, CEP 38.700-900, isento de inscrição estadual, por meio do Setor de Compras e Licitações, torna-se público, a abertura do **Processo Licitatório nº ____/2026** na modalidade **Pregão Eletrônico Nº ____/2026**, do tipo menor preço item, regido pela Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a Lei Municipal n.º 8.253 de 26/05/2022 (abordando a Contratação de Adolescentes e Jovens Aprendizizes), os Decretos Municipais nº 5.401 de 11/01/2023 e suas alterações e 4.281 de 30/03/2017, a Lei Complementar nº 123 de 14/12/06 e suas atualizações, bem como a Portaria n.º 5.060 de 18/03/2026 e demais condições fixadas neste edital.

Conforme a legislação vigente de proteção de dados e transparência, todas as informações relativas a este processo licitatório estarão disponíveis de forma acessível ao público, garantindo o devido cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e o respeito à privacidade, com estrita conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

1 - DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é objeto desta licitação consiste na seleção da proposta mais vantajosa para a **AQUISIÇÃO PARCELADA DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR- 1C, PARA AS AÇÕES DE TAPA BURACO DA SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS**, conforme as condições, quantidades e requisitos estabelecidos no presente Edital, seus anexos e no Termo de Referência.

1.2 A licitação será dividida em itens ou lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2.1. As despesas decorrentes com o objeto desta licitação constam no Termo de Referência.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Para participar do pregão eletrônico, os licitantes devem realizar o seu credenciamento no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" por meio do site <https://licitanet.com.br/> . Os interessados em



participar devem realizar o procedimento de credenciamento antes da data estabelecida para o início da sessão pública via internet.

3.2. O credenciamento será efetuado por meio da atribuição de uma chave de identificação e senha, de caráter pessoal e intransferível, que possibilitará o acesso ao sistema eletrônico.

3.3 É importante ressaltar que o ato de credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal, bem como na presunção da capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão/concorrência na modalidade eletrônica.

3.4 Destacamos que, se o licitante deixar de marcar o campo da Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que se enquadre como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5 Cabe ressaltar que o licitante assume total e formal responsabilidade pelas transações realizadas em seu nome, confirmando a veracidade de suas propostas e lances, incluindo atos praticados diretamente ou por seu representante. Nesse sentido, isenta-se o provedor do sistema e a entidade promotora da licitação de qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que praticados por terceiros.

3.5.1. A participação nesta licitação implica na aceitação integral das condições estabelecidas neste Edital e a observância de regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive em relação a recursos. O não cumprimento destas condições resultará no impedimento sumário do licitante neste certame.

3.5.2. Não serão aceitas alegações de desconhecimento dos itens do Edital ou reclamações quanto ao seu conteúdo por parte dos licitantes após a abertura do certame. As licitantes devem ler atentamente o Edital e seus anexos antes de elaborar suas propostas e garantir que estas estejam em conformidade com as especificações do TERMO DE REFERÊNCIA.

3.5.3. Como requisito para a participação no PREGÃO ELETRÔNICO, o licitante deve declarar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre integralmente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como com a descrição técnica constante do TERMO DE REFERÊNCIA.

3.5.4. Mesmo sem declaração expressa, a apresentação de proposta implica a aceitação de todas as condições estipuladas no Edital, seus Anexos e no Termo de Referência, sem prejuízo da estrita observância das normas previstas na legislação mencionada no preâmbulo do Edital.